UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

ESCOLA DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA

PSICOLOGIA FORENSE

O IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA INFÂNCIA NA PREVENÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Dissertação de Mestrado apresentada a provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense orientada pela Professora Doutora Cláudia Sofia Camilo

Beatriz Nogueira Gomes Noivo

22101490

2023

www.ulusofona.pt

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

ESCOLA DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA VIDA

PSICOLOGIA FORENSE

O IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS POSITIVAS NA INFÂNCIA NA PREVENÇÃO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

VERSÃO FINAL

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 16/11/2023, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 369/2023, de 09 de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutora Patrícia Figueiredo
Arguente: Prof. Doutora Olga Cunha
Orientadora: Prof. Doutora Cláudia Camilo

Beatriz Nogueira Gomes Noivo

2023

www.ulusofona.pt

Epígrafe

Não sou esperto nem bruto
Nem bem nem mal educado.
Sou simplesmente o produto
Do meio em que fui criado.
- António Aleixo

Dedicatória

Aos meus bisavós, António e Olívia

Aos meus avós, Filipe, Mitó, Lena e Joaquim

Aos meus pais, Marco e Rita

Às minhas irmãs, Leonor e Maia

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Ana Rita Cruz e Professora Doutora Cláudia Camilo, por serem incansáveis neste processo, pela disponibilidade e palavras. À Professora Doutora Carolina da Motta, pelo apoio e contributo. A todos os docentes que cruzaram o meu caminho ao longo destes cinco anos enquanto estudante, serei para sempre grata pela oportunidade de experienciar a sabedoria dos que considero serem os melhores Psicólogos e Psicólogas deste país.

Às minhas amigas e companheiras de licenciatura, Daniela, Sthefanny, Constança, Sandra e Rita, e aos meus colegas e amigos de mestrado, Mariana, Adriana e Diogo, pelos momentos de superação, aprendizagem e por todas as horas de desespero conjunto. Foi um gosto.

À minha amiga Bárbara, por nunca duvidar das minhas capacidades, por permanecer ao meu lado e por vibrar com as minhas conquistas. Às minhas amigas Daniela, Catarina e Laura, pela força e pela presença, por serem boa energia nos dias de exaustão.

Ao meu namorado, por todo o incentivo e por tornar este processo mais leve, pelas palavras de conforto e pela companhia neste caminho.

À minha família. Aos meus pilares, aos meus pais, Marco e Rita, por todo o amor, apoio e sacrifícios, por sempre acreditarem nas minhas capacidades e me encorajarem a testar os meus limites e a sair da minha zona de conforto. Por serem âncora e porto de abrigo nas horas de aflição. Às minhas irmãs, Leonor e Maia, pela força que me transmitem e por serem berço da minha vontade de prosperar.

À minha "mãedrasta", Sílvia, pelo amor, pelas palavras de ânimo e motivação. Às minhas tias, Cristina e Marta, pelo papel crucial que desempenharam, por serem ombro amigo e pela ajuda.

Às minhas primas, Maria Ana, Mariana e Joana, pelas palavras de conforto e de orgulho.

Aos meus bisavós, pelo amor, pelo trabalho árduo e dedicação que permitiram que as gerações vindouras pudessem ter o privilégio do ensino.

Aos meus avós, por serem um exemplo a seguir, por todas as palavras sábias, pela educação e pelo amparo. Por transmitirem com bondade os ensinamentos da vida, serem lembrança e prova viva da coragem.

Este marco é também vosso e espelha o amor e o apoio incondicional que vive eternamente em vocês, nas vossas ações e palavras.

Aos meus bisavós e ao meu tio, por serem a luz que ilumina o meu caminho.

A mim, pela concretização de um sonho.

"Aos presentes e aos nunca ausentes".

Resumo

A adversidade na infância é associada ao desenvolvimento de comportamentos antissociais, contudo, as experiências positivas na infância podem ser fatores de proteção, potenciando competências pró-sociais. Para melhor compreender o seu papel nas trajetórias de resiliência, analisou-se o seu impacto no comportamento antissocial e reincidência na idade adulta. Os critérios SPIDER orientaram a estratégia de pesquisa e incluíram-se todos os artigos quantitativos, qualitativos e mistos, publicados no tema até à data, em inglês, português e espanhol, com jovens e adultos. A pesquisa realizada nas bases de dados Academic Search Complete, Web of Science, APA PsycInfo e Scopus, resultou em 1407 artigos, posteriormente filtrados, dos quais oito foram incluídos neste estudo. A maioria dos estudos, realizados nos Estados Unidos da América com jovens inseridos no sistema judicial, apontam o efeito protetor e moderador das experiências positivas no comportamento antissocial e reincidência. As relações familiares e sociais positivas parecem ser significativas, embora dois estudos não tenham verificado uma diminuição dos efeitos da adversidade, mesmo perante algumas experiências positivas. Este trabalho consolida o impacto das experiências positivas no desenvolvimento ao longo da vida. Assim, intervir na população exposta à adversidade e promover experiências positivas é essencial para prevenir comportamentos antissociais e propiciar saúde mental.

Palavras-Chave: Experiências Positivas na Infância; Experiências Benevolentes; Experiências Adversas na Infância; Comportamento Antissocial; Reincidência.

Abstract

Childhood adversity is associated with the development of antisocial behavior, but positive childhood experiences can act as protective factors, enhancing pro-social skills. This systematic review analyzed positive experiences' impact on antisocial behavior and recidivism in adulthood, in order to better understand their role in resilience trajectories.

SPIDER criteria based the search strategy and included all quantitative, qualitative and mixed articles published on the subject to date, in English, Portuguese and Spanish, with young people and adults. The search carried out in the Academic Search Complete, Web of Science, APA PsycInfo and Scopus databases resulted in 1,407 articles, filtered afterwards, of which 8 were included in this study.

Most of the studies, carried out in the United States of America with young people in the justice system, pointed to the protective and moderating effect of positive experiences on antisocial behavior and recidivism. Positive family and social relationships appeared to be significant, although two studies found no decrease in the effects of adversity, even in the face of some positive experiences.

This work consolidates the impact of positive experiences on long-term development, therefore, intervening with people with a history of adversity and promoting positive experiences helps to anticipate antisocial behavior and promote mental health.

Keywords: Positive Childhood Experiences; Benevolent Experiences; Adverse Childhood Experiences; Antisocial Behavior; Recidivism.

Índice

1. Capítulo I - Enquadramento Teórico 9
1.1. Experiências Adversas……...10
1.2. Experiências Positivas……11
1.3. Experiências Adversas, Positivas e o seu Papel no Comportamento Antissocial……..14
1.4. Avaliação das Experiências Positivas na Infância……15
1.5. Estudo Atual……...17
2. Capítulo II - Método……..18
2.2. Estratégia de Pesquisa e Critérios de Elegibilidade……...18
2.3. Seleção de Estudos e Extração de Dados……..……18
3. Capítulo III – Resultados……..…21
3.1. Objetivos dos Estudos…….……...27
3.2. Amostra…….……27
3.3. Tipo de Estudo e Contexto…….……28
3.4. Variáveis de Interesse…….……29
3.5. Medidas…….……29
3.6. O papel das PCE's no Comportamento Antissocial…….……..30
4. Capítulo IV – Discussão……...33
4.1. Limitações…….……35
4.2. Implicações para a Investigação e Intervenção…….……37
Referências……39
Anexos……..48

Introdução

As experiências na infância influenciam o desenvolvimento, a saúde física e mental (Maggi et al., 2010). Durante este período, pode existir um maior risco de adversidade, mas também mais oportunidades de prevenir e intervir nos seus efeitos (Sege & Browne, 2017), que podem não ser necessariamente negativos (Liu et al., 2019; Toth & Cicchetti, 2013). Compreender o funcionamento adaptativo apesar de múltiplos fatores de risco tornou-se prioritário e carece de mais atenção (Yule et al., 2019). As experiências positivas na infância (*Positive Childhood Experiences*; PCEs) parecem ser uma importante variável na explicação deste fenómeno, pois reforçam a resiliência, promovem comportamentos pró-sociais e um desenvolvimento adaptativo, apesar da adversidade (Duarte et al., 2021; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013). Contudo, permanecem lacunas na investigação do seu impacto no comportamento antissocial, na idade adulta.

O crescimento em ambientes disfuncionais ou experiências de abuso e negligência (Anda et al., 2010; Liu et al., 2019) integram experiências negativas na infância (*Adverse Childhood Experiences*; ACEs) com consequências nefastas a longo prazo (Braga et al., 2018; Craig et al., 2017a; Toth & Cicchetti, 2013), que envolvem: uma vinculação menos segura (Anda et al., 2006), psicopatologia, aumento do risco de agressividade (Anda et al., 2006; Lee & Hoaken, 2007), fragilidades no desenvolvimento afetivo e neurobiológico (McLaughlin & Lambert, 2017), dificuldades no autocontrolo, emocionais e comportamentais, com destaque para o comportamento antissocial (Lee & Hoaken, 2007).

As ACEs associam-se às práticas comportamentais antissociais (e.g., Basto-Pereira & Maia, 2019; Lee e Hoaken, 2007; Toth & Cicchetti, 2013), enquanto fortes preditoras desta conduta (Basto-Pereira & Maia, 2019; Yazgan et al., 2021). Estudos recentes mostram um efeito moderador das PCEs, na associação entre a adversidade e o comportamento antissocial, devido ao seu caráter protetor (Almeida et al., 2023a; Crandall et al., 2019; Daines et al., 2021; Gunay-Oge et al., 2020; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020) e à sua associação a uma baixa probabilidade de reincidência (Baglivio & Wolff, 2021; Kowalski et al., 2022).

As PCEs envolvem relações benevolentes entre crianças e cuidadores, oportunidades de desenvolvimento em ambientes securizantes, envolvimento social construtivo e estimulação de competências sociais e emocionais (Sege & Browne, 2017). Uma vinculação segura (Bethell et al., 2019), relações parentais positivas (Fontaine et al., 2016) e participação em atividades familiares (Mueller & Carey, 2023) são exemplos, para além de sentimentos de conquista (Bethell et al., 2019; Crandall et al., 2019), ambientes escolares positivos e relações com pares

pró-sociais (Mueller & Carey, 2023). Estas experiências impactam o desenvolvimento de competências sociais, relacionais, de saúde física, mental (Bethell et al., 2019; Crandall et al., 2019) e familiar (Daines et al., 2021), promovendo respostas adaptativas perante a adversidade (Masten et al., 2021), com efeitos nos comportamentos pró-sociais e na resiliência (Craig et al., 2017a; Daines et al., 2021; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Sege & Browne, 2017; Toth & Cicchetti, 2013), pois constituem uma forma de prevenção e moderação das ACEs (Sege & Browne, 2017). A literatura indica que as PCEs podem neutralizar o impacto negativo das ACEs e atenuar o sofrimento psicológico, o desenvolvimento de perturbações da personalidade (Sege & Browne, 2017; Gunay-Oge et al., 2020) e a sintomatologia psicopatológica (Crandall et al., 2019; Narayan et al., 2018b; Skodol et al., 2007), ao contrário das ACEs (Sege & Browne, 2017).

Ainda que alguns autores encontrem nas ACEs a origem do comportamento antissocial (Braga et al., 2018; Craig et al., 2017b), a Teoria da Psicopatologia do Desenvolvimento (Toth & Cicchetti, 2013) sugere que, apesar de serem fatores de risco, das ACEs podem resultar trajetórias desenvolvimentais distintas, dependendo de particularidades contextuais e pessoais (Toth & Cicchetti, 2013). A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1969) prediz que o comportamento é adquirido direta ou indiretamente, através da socialização (Nasaescu et al., 2020; Bandura, 1969), e por isso, as experiências positivas ou negativas podem refletir-se no desenvolvimento do comportamento pró-social ou antissocial, respetivamente.

O recurso às teorias da resiliência permite maior compreensão do papel da resiliência no desenvolvimento de comportamentos adaptativos, apesar da exposição à adversidade. O Modelo Ecológico Transacional da Resiliência (Costa et al., 2020; Infante, 2005) destaca a interação constante do sujeito com vários níveis que influenciam a trajetória desenvolvimental. Masten e Cicchetti (2016) indicam que a formação da resiliência depende de sistemas inerentes à criança, ao contexto familiar e sociocultural, em consonância com a teoria da resiliência, que aponta variáveis contextuais positivas, sociais e individuais (Zimmerman, 2013). Concomitantemente, o Modelo do Portefólio da Resiliência (Grych et al., 2015) prediz que o estado psicológico de um indivíduo após um evento adverso resulta das singularidades da experiência, dos recursos do sujeito e do seu comportamento perante o evento, pelo que, quanto maior o portefólio de resiliência, maior a competência para uma adaptação funcional à adversidade.

Este trabalho surge da necessidade de contribuir para a diminuição da lacuna no campo das PCEs e dos seus efeitos protetores face ao comportamento antissocial na idade adulta. Esta

revisão sistemática visa sintetizar informação existente para traçar novos caminhos para a investigação e orientar a intervenção focada na promoção de PCEs, junto das crianças expostas à adversidade, em prol da minimização de padrões desadaptativos de comportamento (Crandall et al., 2019).

O trabalho é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é exposto o enquadramento teórico, sintetizando o estado da arte sobre as ACEs, PCEs e os seus efeitos, o papel das PCEs perante a adversidade, e a relação de ambas as experiências com o comportamento antissocial. De seguida, apresenta-se o estudo atual, os objetivos e a sua relevância. O segundo capítulo diz respeito à metodologia utilizada para a seleção de estudos a incluir nesta revisão sistemática e os resultados obtidos patenteiam-se no terceiro capítulo. Finalmente, no quarto capítulo associam-se os principais resultados à literatura e são enaltecidas as suas implicações para a investigação no campo da psicologia forense, intervenção e prática profissional. Para a realização desta revisão sistemática foi adotada a 7ª edição das normas para publicação, elaboradas pela *American Psychological Association*.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

A investigação no campo das PCEs carece de uma abordagem atualizada, a que nos propomos contribuir com esta revisão sistemática de literatura. Estudos recentes reforçam a necessidade de explorar esta temática e o seu impacto positivo a longo prazo (Almeida et al., 2021; Crandall et al., 2019; Craig et al., 2017b). A Teoria da Psicopatologia do Desenvolvimento (Toth & Cicchetti, 2013) permitiu um avanço na investigação, na compreensão dos processos de desenvolvimento adaptativo e desadaptativo. A teoria salienta o papel das PCEs e de relações seguras no desenvolvimento adaptativo e explora a adversidade precoce e os seus efeitos nas trajetórias desenvolvimentais desadaptativas (Toth & Cicchetti, 2013). Ainda que alguns autores recorram às ACEs para explicar o comportamento antissocial (Braga et al., 2018; Craig et al., 2017b), esta perspetiva veio contradizer a ideia de que a adversidade na infância provoca, imperativamente, condutas antissociais. Tal permitiu entender as ACEs enquanto fatores de risco e potenciadoras do comportamento antissocial, contudo, salientar que não se trata de uma relação de causalidade entre ambas, uma vez que da adversidade podem emergir trajetórias desenvolvimentais diferenciadas, conforme as particularidades contextuais e pessoais do indivíduo, afastando as certezas de resultados desadaptativos (Toth & Cicchetti, 2013). Tornou-se vital compreender a razão subjacente a um funcionamento adaptativo de crianças perante múltiplos fatores de risco, contrariamente a

outras crianças expostas a semelhantes contextos (Yule et al., 2019). Tal possibilitaria intervir na promoção do desenvolvimento positivo perante condições adversas e apostar na prevenção, estabilização e diminuição de sintomatologia psicopatológica (Masten & Cicchetti, 2016).

Para compreender a relação entre as ACES, PCEs e a sua expressão no comportamento antissocial, importa atender ao fenómeno da aprendizagem e do seu papel no comportamento pró-social e antissocial. A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1969) sugere que estes comportamentos são aprendidos, propondo que a aquisição comportamental resulta das práticas transmitidas direta ou indiretamente (i.e., observação) através da socialização, que originam um reportório de ações que permitem dar resposta às necessidades diárias (Nasaescu et al., 2020; Bandura, 1969). Agregado a este fenómeno está o conceito de resiliência, com impacto ao longo do trajeto desenvolvimental (Toth & Cicchetti, 2013) devido ao relevo para um modo de vida adaptativo (Masten et al., 2021). A literatura aponta o modelo ecológico transacional da resiliência (Costa et al., 2020; Infante, 2005), decorrente do modelo ecológico de Urie Bronfenbrenner (1977; 1979; 1986) como meio para compreender o surgimento da mesma e o seu papel no desenvolvimento. O modelo sustenta que o indivíduo integra diferentes níveis interdependentes, que impactam o processo de desenvolvimento. Segundo esta teoria, a análise da interação dos contextos individuais, familiares, comunitários (i.e., associados aos serviços sociais) e culturais (i.e., ligados aos valores sociais) permitirá um maior entendimento do seu impacto no desenvolvimento da resiliência.

Experiências Adversas

O crescimento em ambientes marcados por agressividade, consumo de substâncias, psicopatologia, *stress* relacional ou práticas desviantes por parte dos cuidadores integra o leque de ACEs destacadas na literatura (Anda et al., 2010). Experiências de abuso físico, emocional e sexual, exposição a negligência física e emocional, são apontadas (Anda et al., 2010; Liu et al., 2019). As ACEs têm sido foco de diversas investigações, que enaltecem os seus resultados negativos no desenvolvimento psicológico, com efeitos a longo prazo. A disfuncionalidade no contexto de desenvolvimento e as práticas abusivas (Felitti et al., 1998) são fatores de risco para várias causas de morte em adultos, fragilidades para a saúde pública (Anda et al., 2010) e perturbações da personalidade (Gunay-Oge et al., 2020), estando ligadas à perpetração de crimes, decorrentes da psicopatologia derivada da adversidade (Basto-Pereira & Maia, 2019; Felitti et al., 1998). Com efeitos igualmente nocivos no desenvolvimento sócio-emocional da

criança, as ACEs contribuem para uma vinculação menos segura, que dificulta o processo de socialização e manutenção de relações interpessoais a longo prazo (Anda et al., 2006).

Os efeitos neurocognitivos da adversidade na infância e o seu papel na psicopatologia têm sido igualmente alvo de atenção. A adversidade é dividida entre a dimensão da privação (i.e., falta de estimulação cognitiva e social), associada a dificuldades nas funções executivas, e a dimensão das ameaças (i.e., violência na comunidade, abuso ou ameaça de abuso), aliada a uma maior reatividade da amígdala e, consequentemente, das emoções (Sheridan et al., 2017). Como consequências no processamento cognitivo e emocional, regista-se o aumento do risco da agressividade (Anda et al., 2006; Lee & Hoaken, 2007), fragilidades no autocontrolo, sintomatologia depressiva e ansiosa (Anda et al., 2006), que implicam fragilidades emocionais e comportamentais, como o comportamento antissocial (Lee & Hoaken, 2007). A literatura indica ainda o conceito de labilidade afetiva, presente em diversas perturbações mentais, com implicações nas emoções, que se mostram ambivalentes em intensidade e valência, sendo associada a comportamentos desviantes (Almeida et al., 2023b; Anestis et al., 2009).

McLaughlin e Lambert (2017) apontam ainda alterações no hipocampo, no âmbito da memorização de informação contextual e do desenvolvimento afetivo e neurobiológico, como resultado da adversidade. Nestas últimas, a criança aperfeiçoa as respostas emocionais e a identificação de potenciais ameaças. A atenção acrescida à presença de ameaças interfere com o processamento de informação contextual, que permite discriminar ambientes seguros e ameaçadores. Contudo, ainda que este sistema possa ser benéfico perante a adversidade, a dificuldade da contextualização de pistas associadas a ameaças origina um estado persistente de ansiedade, ainda que perante ambientes seguros. Estas fragilidades no processamento de informação social estão subjacentes à associação da adversidade e do trauma na infância com Perturbações de Ansiedade, Perturbação de Stress Pós-Traumático, maior índice de agressividade e problemas de conduta (McLaughlin & Lambert, 2017).

Experiências Positivas

O impacto das ACEs a longo prazo não tem de ser imperativamente negativo (Liu et al., 2019; Toth & Cicchetti, 2013). Apesar dos desafios, estas experiências podem não resultar num desenvolvimento desadaptativo (Cicchetti, 2013), consequências negativas na idade adulta (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020) ou sintomas de psicopatologia (Grych et al., 2015). A trajetória desenvolvimental adaptativa apesar da adversidade parece ser explicada pelas PCEs, que reforçam a resiliência e estratégias de *coping* que promovem o comportamento pró-social

e funcionamento adaptativo a nível emocional, cognitivo, comportamental e social, apesar da exposição ao risco (Gartland et al., 2019; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013), mesmo em jovens em situação de vulnerabilidade e risco de comportamentos antissociais (Craig et al., 2017a). Podem ser individuais (i.e., baixos níveis de hiperatividade e neuroticismo), familiares (i.e., supervisão parental ou uma família de pequena dimensão), escolares ou comunitárias (i.e., forte empenho na escola e apoio social) e de pares (i.e., amizades pró-sociais) (Craig et al., 2017a).

As PCEs envolvem a criança e os cuidadores e organizam-se em quatro categorias: estar em relações de apoio e carinho; desenvolver-se em ambientes seguros, estáveis e protetores; experienciar um envolvimento social construtivo e sentimentos de ligação aos outros; aprender competências sociais e emocionais (Sege & Browne, 2017). Vários autores indicam como exemplos de PCEs: experiências de vinculação segura, parentalidade positiva, afeto, apoio, capacidade de resposta (Bethell et al., 2019), supervisão parental (Fontaine et al., 2016), vontade de participar em atividades familiares e a perceção de ser ouvido na família (Mueller & Carey, 2023); ambiente escolar positivo, capacidades de comunicação, envolvimento com pares pró-sociais (Mueller & Carey, 2023), estimulação do sucesso na educação, presença de adultos mentores não-familiares (Novak & Fagan, 2022), perceção da legitimidade das autoridades (Fontaine et al., 2016), participação em atividades sociais e emocionais positivas e sentimentos de conquista (Bethell et al., 2019; Crandall et al., 2019).

Como resultados da exposição a PCEs, a literatura menciona um desenvolvimento saudável, a capacidade de controlo emocional e empatia, que promovem respostas adaptativas perante a adversidade e fragilidades do foro mental (Duarte et al., 2021; Masten et al., 2021), principalmente, padrões de comportamento pró-sociais e resiliência (Daines et al., 2021; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013). Paralelamente, verificam-se implicações na competência social e no desenvolvimento positivo da identidade e das emoções das crianças (Schneider et al., 2001), para além de relações saudáveis, estáveis e de apoio, que se relacionam com um humor positivo e melhor autorregulação (Rollins & Crandall, 2021; Sege & Browne, 2017). A relevância destas experiências reside no seu impacto no desenvolvimento de competências sociais, relacionais, de saúde física e mental, que surgem na infância e se expressam substancialmente na idade adulta (Bethell et al., 2019; Crandall et al., 2019), auxiliando o indivíduo a longo prazo (Masten et al., 2021).

Quando em conjunto com as ACES, as PCEs relacionam-se negativamente com a presença de perturbações da personalidade (Gunay-Oge et al., 2020). Paralelamente, Skodol e

colegas (2007) teriam chamado a atenção para as experiências de realização pessoal e relações interpessoais saudáveis como atenuantes de sintomatologia psicopatológica, indicando que o prognóstico de perturbações esquizotípicas e evitáveis seria melhor perante um maior número e período de ocorrência de PCEs. Estes estudos sugerem que a variedade de fatores protetores pode limitar os efeitos negativos da adversidade na infância, uma vez que a exposição a PCEs parece dotar a criança desta proteção (Almeida et al., 2023a; Johnson et al., 2005). O contributo destas experiências para um desenvolvimento saudável assenta no facto de que a sua ausência pode ser mais prejudicial ao longo da vida do que a presença da adversidade (Almeida et al., 2021; Crandall et al., 2019). Isto porque, na ausência de PCEs, pode ocorrer um aumento da vulnerabilidade da criança, acompanhado do decréscimo da sua resiliência (Narayan et al., 2018b).

O conceito de resiliência surge aliado ao fenómeno das PCEs por ser um dos seus principais contributos, para além de ser fator de proteção (Daines et al., 2021) para um desenvolvimento adaptativo apesar da exposição à adversidade (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013). Consiste na capacidade que um indivíduo detém de se adaptar com sucesso perante um ambiente ou situação disfuncional ou traumática, através de processos e recursos individuais, apesar dos desafios que colocam em risco o seu funcionamento, sobrevivência e desenvolvimento (Masten & Cicchetti, 2016). Contudo, depende da interação de diversos sistemas (e.g., sistema imunitário, sistema de resposta ao stress), inerentes à criança e ao seu contexto familiar e sociocultural (Masten & Cicchetti, 2016). A teoria da resiliência incide nas variáveis contextuais positivas, ou fatores protetores, sociais e individuais que interferem na exposição ao risco, na conduta desviante e na angústia mental (Zimmerman, 2013). Os fatores protetores podem ser "competências" (i.e., fatores positivos inerentes à criança, como a autoeficácia, competência, capacidade de reação, auto-estima) e "recursos" (i.e., fatores exteriores aos indivíduos, como o apoio parental, mentores, organizações comunitárias que promovem desenvolvimento positivo), e atuam em oposição aos fatores de risco, minimizando os seus efeitos (Fergus & Zimmerman, 2005).

Também o Modelo do Portefólio da Resiliência (Grych et al., 2015) utiliza, em consonância com o trabalho de Fergus e Zimmerman (2005), o termo "competências" para descrever características individuais promotoras de um funcionamento saudável e "recursos" para referir fontes de suporte externas. Os autores propõem que "competências" e "recursos" têm uma relação recíproca, na qual um número superior de recursos promove desenvolvimento de competências que, por sua vez, permitem a criação de recursos. Segundo o Modelo do

Portefólio da Resiliência (Grych et al., 2015), o estado psicológico de um indivíduo após a exposição à violência resulta das particularidades da experiência, dos seus recursos (i.e., relações positivas, rede de apoio, fatores ambientais), e do seu comportamento perante a mesma. Sujeitos com um vasto portefólio de resiliência apresentam mais competências e recursos para se adaptar apesar da adversidade, contrariamente a um indivíduo com um portefólio mais parco, que será mais vulnerável à adversidade e padecerá de mais dificuldades na adaptação perante a mesma (Grych et al., 2015).

O foco isolado nas ACEs ou PCEs é insuficiente para alcançar fins promissores em termos de aprendizagem, comportamento, saúde física e mental (Sege & Browne, 2017). Assim, Sege e Browne (2017) introduzem a "HOPE: *Health Outcomes From Positive Experiences*", que enaltece a necessidade de promover PCEs para contribuir para o desenvolvimento saudável e prevenir ou atenuar o efeito das ACEs, reforçando igualmente as capacidades e recursos dos cuidadores. Como impulsionadores de comportamentos pró-sociais, os cuidadores auxiliam no evitamento de respostas emocionais impulsivas ou desajustadas, por parte das crianças (Logan-Greene et al., 2022). Deste modo, intervir com crianças, especialmente as expostas a ACEs, implica diminuir a adversidade e estimular a presença de PCEs, que potenciam aprendizagens, comportamentos adaptativos, saúde física e mental (Sege & Browne, 2017), algo debatido posteriormente.

Experiências Adversas, Positivas e o seu Papel no Comportamento Antissocial

Apresentados os construtos das ACEs, PCEs e o seu impacto no desenvolvimento, importa conceptualizar o comportamento antissocial, amplamente associado às ACEs (e.g., Basto-Pereira & Maia, 2019; Lee & Hoaken, 2007; Toth & Cicchetti, 2013).

O comportamento antissocial é descrito como um problema de comportamento não específico, de delinquência, agressividade e oposição (Pacheco et al., 2005) e corresponde a uma diversidade de práticas que transgridem as normas sociais, a lei (Baker et al., 2007) e os direitos pessoais e de propriedade de terceiros (Burt, 2009). Destacam-se os comportamentos de fuga, vandalismo, danos a animais, incêndios, roubos e intimidações ou assaltos (Burt, 2009). Verificam-se igualmente nas diversas formas de agressão e padrões gravosos de comportamento disruptivo, como observado na perturbação de conduta, na perturbação desafiante de oposição na população mais jovem, ou na perturbação da personalidade antissocial, na idade adulta, podendo surgir precocemente e prolongar-se ao longo da vida (Baker et al., 2007). Ainda que ocorram frequentemente em conjunto, a agressividade e as

atitudes antissociais representam processos distintos. Enquanto a agressão resulta muitas vezes de uma desregulação, o comportamento antissocial advém da normalização disfuncional da visão sobre a sociedade e sobre o conceito do certo ou errado, como por exemplo, a aceitação do roubo (Logan-Greene et al., 2022).

As PCEs aparentam moderar a associação entre as ACEs e a externalização de comportamentos antissociais e a sua presença é associada a uma menor probabilidade de reincidência criminal (Baglivio & Wolff, 2021; Kowalski et al., 2022), devido ao caráter protetor que reduz a expressão destas condutas (Almeida et al., 2023a; Crandall et al., 2019; Daines et al., 2021; Gunay-Oge et al., 2020; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020), contrariamente às ACEs, que são fortes preditoras do comportamento antissocial (Basto-Pereira & Maia, 2019; Yazgan et al., 2021). A título de exemplo, estudos revelam que a presença de laços sociais positivos (Craig et al., 2017a) modera a relação das ACEs com a reincidência criminal, comportamento desviante ou condenações. Ainda, para indivíduos com historial de ACEs, um apoio social adequado atenua o efeito negativo de eventos stressores, agilizando o processamento cognitivo e emocional, minimizando sentimentos indesejáveis (Craig et al., 2017a). Estudos também associam o apoio social ao aumento de recursos para reduzir estratégias disfuncionais de adaptação ao *stress*, como o consumo de bebidas alcoólicas, que, quando reduzido, implica menos comportamentos desviantes (Wang et al., 2022).

Indivíduos que referem ter experienciado mais PCEs apresentam mais indicadores de saúde mental (Crandall et al., 2019; Crandall et al., 2020; Narayan et al., 2018a), quando comparados com indivíduos que não relatam o mesmo historial (Bethell et al., 2019). O conhecimento detalhado dos processos biológicos, psicológicos e sociais normativos promove avaliações, diagnósticos e prevenção de possíveis desadaptações e psicopatologias associadas aos maus-tratos infantis (Toth & Cicchetti, 2013). Assim, despistar precocemente as ACEs pode contribuir para reduzir padrões desadaptativos de comportamento, encontrando um equilíbrio no aumento dos padrões de altruísmo e de resiliência, estimulando um melhor desenvolvimento apesar da exposição à adversidade (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020).

Avaliação das Experiências Positivas na Infância

Aliada à intervenção e à prevenção está o processo de avaliação, contudo, são poucos os instrumentos que avaliam esta temática, tanto a nível internacional, como a nível nacional.

Internacionalmente, é criada em 2018 a *Benevolent Childhood Experiences Scale* (BCE's; Narayan et al., 2018b), que visa preencher a lacuna nos processos de avaliação

(Almeida et al., 2021; Narayan et al., 2018b), adaptada mais tarde para a população portuguesa por Almeida e colaboradores (2021). Com o objetivo de avaliar as PCEs, a escala destaca 10 experiências infantis saudáveis, vividas entre os zero e os 18 anos de idade, recorrendo a um formato de resposta dicotómico (sim / não) e breve (Almeida et al., 2021). As experiências dividem-se em três categorias que abrangem a perceção de segurança relacional e interna, a qualidade de vida positiva e previsível, e o suporte interpessoal. O instrumento pode ser classificado num total de 10 pontos, sendo que quanto mais alta a pontuação, maior será o número de PCEs reportadas. Apresenta sensibilidade cultural, qualidade psicométrica e é aplicável independentemente do estatuto socioeconómico ou da localização do indivíduo (Almeida et al., 2021; Narayan et al., 2018b). O foco na presença ou exposição a determinadas experiências, com exclusão dos detalhes dos acontecimentos (i.e., frequência e/ou a gravidade da experiência), contribui para a sua fiabilidade (Almeida et al., 2021). Conforme a literatura, as experiências objetivas ou a presença de recursos podem ser relatadas retrospetivamente com a fiabilidade adequada, quando o relato é dicotómico (Hardt & Rutter, 2004; Narayan et al., 2017). Contrariamente, relatar retrospetivamente detalhes de eventos, como a frequência ou gravidade, é menos fiável (Narayan et al., 2018b) devido ao hiato temporal entre a experiência e o relato, que pode conduzir ao esquecimento ou possível viés (Hardt & Rutter, 2004). Contudo, embora a descrição detalhada de uma experiência possa ser inexata, o relato da experiência de um evento negativo é suficientemente fiável (Hardt & Rutter, 2004; Narayan et al., 2017). Coerente com a literatura, o instrumento baseia-se num modelo cumulativo de PCEs, considerando que a combinação de eventos positivos pode ter um papel mais benéfico para a saúde em comparação com eventos pontuais (Evans et al., 2013; Lanier et al., 2017).

Também a Escala de Experiências Positivas na Infância (*Positive Childhood Experiences Score*; Bethel et al., 2019) incide sobre a temática analisada e é composta por sete itens, que abarcam diversas PCEs. Nesta escala, é pedido ao indivíduo que reporte, se, durante a infância, sentiu apoio familiar em períodos mais complicados, se participava em atividades da comunidade, se experienciou pertença na escola secundária, se sentiu apoio por parte de adultos que não os pais ou cuidadores, e por fim, se, na sua infância, sentiu segurança e proteção, por parte de um adulto, em sua casa.

A nível nacional, destacam-se o Questionário de Experiências Positivas (PEQ; Marques-Pinto et al., 2019) e a Escala de Experiências de Vida (LIFES; Azevedo et al., 2020). A Escala de Experiências de Vida (LIFES; Azevedo et al., 2020) trata-se de uma medida de autorrelato que avalia experiências de vida, positivas e negativas, não só vividas, mas desejadas,

reportadas por adultos e ocorridas na infância, adolescência e na vida adulta, com recurso a 75 itens (Azevedo et al., 2020). Já o Questionário de Experiências Positivas (PEQ) foi desenvolvido no âmbito da investigação de Marques-Pinto e colegas (2019) e consiste numa medida de autorrelato que foca estratégias utilizadas para prolongar ou intensificar emoções positivas associadas a PCEs, para além da sua eficácia. É composto por três blocos, sendo o bloco I destinado à identificação de um acontecimento positivo vivido pelo participante, enquanto o bloco II foca informações sobre as estratégias utilizadas pelos participantes para prolongar ou intensificar emoções positivas associadas ao evento relatado. Por fim, o bloco III corresponde aos dados sociodemográficos.

O facto de existirem apenas três instrumentos adaptados ao contexto português, aquando da pesquisa, permite refletir na necessidade de investimento na investigação, de modo a amplificar o leque de instrumentos que avaliem as PCEs e os seus efeitos.

Estudo Atual

Apesar das consequências negativas das ACEs a longo prazo (Braga et al., 2018; Craig et al., 2017a; Toth & Cicchetti, 2013), nem todas as crianças expostas à adversidade apresentam comportamentos antissociais na idade adulta (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020). Especificamente, a exposição a PCEs parece promover trajetórias de resiliência ao longo da vida (Daines et al., 2021; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013). Assim, esta revisão sistemática explora o papel protetor das PCEs em percursos desenvolvimentais de adversidade, e os seus efeitos no comportamento antissocial e reincidência na idade adulta. Este trabalho poderá informar práticas de intervenção psicológica ou psicossocial, focadas na promoção de PCEs e estimulação de fatores protetores, junto de famílias em situação de vulnerabilidade (Crandall et al., 2019). Deste modo, espera-se destacar o papel das PCEs enquanto promotoras de comportamentos pró-sociais nos jovens, em detrimento de trajetórias antissociais (Craig et al., 2017b; Gomis-Pomares & Villanueva, 2020).

Capítulo II - Método

Estratégia de Pesquisa e Critérios de Elegibilidade

A pesquisa dos artigos foi conduzida nas seguintes bases de dados eletrónicas: *Academic Search Complete, Web of Science, APA PsycInfo* e *Scopus*. Quanto à pesquisa manual, esta decorreu em artigos teóricos e capítulos sobre o tema. Consideraram-se todos os artigos publicados no tema até à data de Abril de 2023, em inglês, português e espanhol e foi criada a expressão de pesquisa: *"("Childhood experiences" OR "benevolent childhood experiences" OR "counter-aces" OR "positive childhood experiences") AND ("adverse childhood experiences" OR "child maltreatment") AND ("antisocial behavior" OR "agression" OR "conduct disorder" OR "conduct problems")".*

Os critérios SPIDER (*Sample, Phenomen of Interest, Design, Evaluation and Research design*; Cooke et al., 2012) foram utilizados para a definição da estratégia de pesquisa e dos critérios de inclusão e exclusão (Camilo & Garrido, 2019). Quanto aos critérios de elegibilidade, foram incluídos estudos com jovens e adultos que experienciaram adversidade na infância, que explorassem o papel ou a interação de PCEs ou fatores protetores no desenvolvimento de comportamento antissocial ou reincidência na idade adulta. Para o desenho e método de investigação incluíram-se artigos com desenhos longitudinais e transversais, e o tipo de investigação consistiu em estudos qualitativos, quantitativos e mistos. O foco na Teoria Desenvolvimental da Psicopatologia de Toth e Cicchetti (2013), nos estudos sobre o papel da resiliência e na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1969) esteve igualmente presente. Relativamente aos critérios de exclusão, estudos conduzidos apenas com crianças (e não retrospetivos ou longitudinais) e que não incluíam as variáveis de interesse, dissertações de mestrado e doutoramento, meta-análises, revisões sistemáticas de literatura, revisões *scoping* e todos os artigos que não tenham sido alvo de revisão de pares, não foram incluídos na amostra.

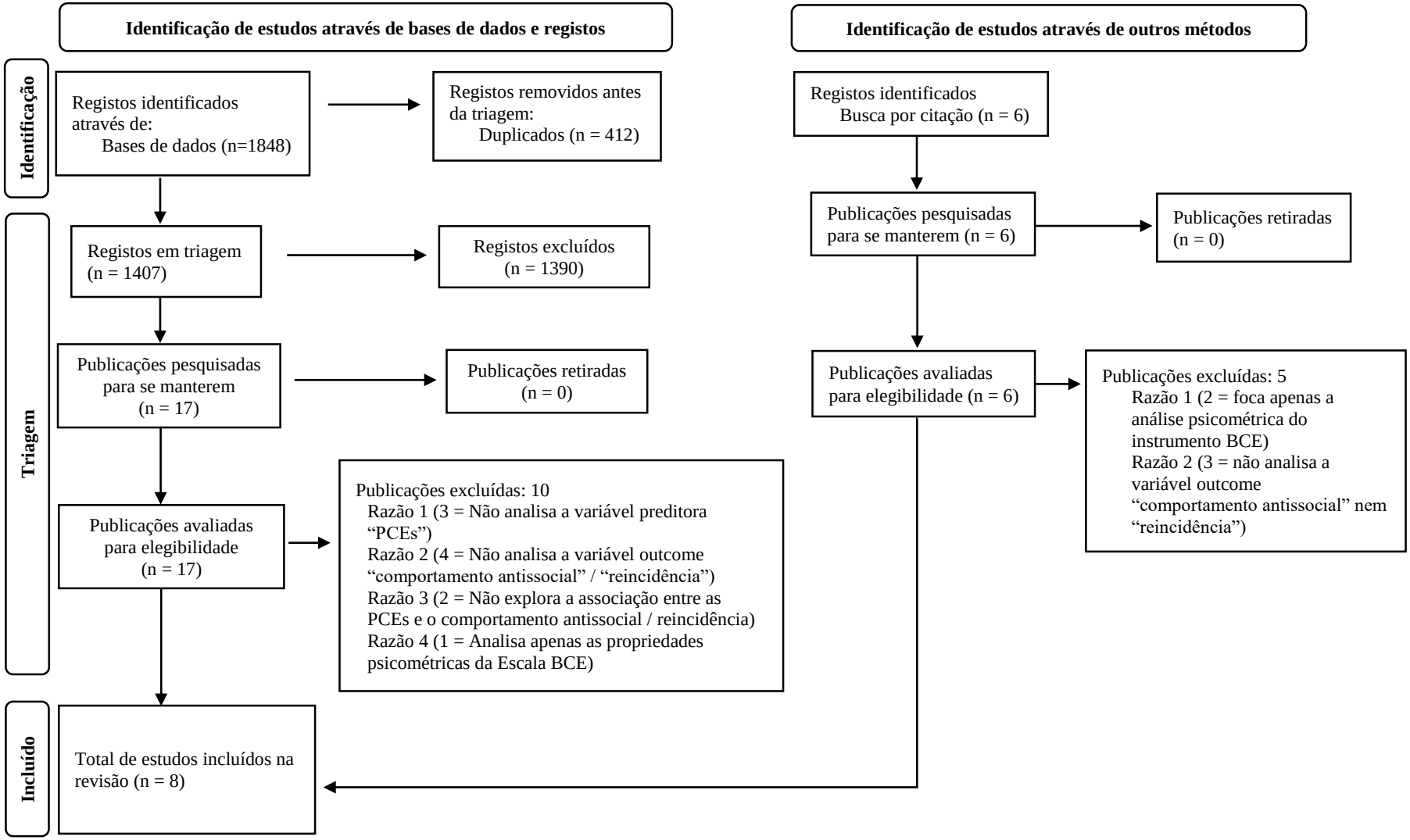
Seleção de Estudos e Extração de Dados

Seguindo as orientações do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Statement*; Liberati et al., 2009), a seleção de artigos a incluir resultou de um processo desenvolvido em quatro fases (Figura 1). Através da pesquisa realizada nas bases de dados eletrónicas, surgiram 1848 artigos, exportados posteriormente para a plataforma RAYYAN QCRI (Ouzzani et al., 2016), onde foram eliminados 412 artigos duplicados. Assim, 1407 artigos integraram a triagem inicial na plataforma mencionada, onde

se analisou o título, o resumo dos artigos e a sua pertinência para o objetivo desta revisão sistemática. Após esta triagem inicial, excluíram-se 1390 artigos por não abrangerem as variáveis de interesse para o estudo. Deste modo, os remanescentes 17 artigos foram selecionados para a fase de leitura integral, que resultou na eliminação de 10 artigos por não cumprirem os critérios de inclusão, especificamente: não analisavam as variáveis-resultado relevantes para o estudo (i.e., comportamento antissocial e reincidência) (*n*=4); não exploravam a associação entre a variável preditora (i.e., PCEs) e as variáveis-resultado (*n*=2); não integravam a variável preditora (*n*=3); ou focavam a sua análise somente nas propriedades psicométricas da escala *Benevolent Childhood Experiences Scale* (BCE Scale) (*n*=1). Paralelamente, o processo de pesquisa manual resultou numa seleção de seis artigos para leitura integral, dos quais dois foram eliminados por focarem apenas a análise psicométrica do instrumento BCE *Scale,* e três por não agregarem as variáveis de interesse. Assim, integraram o estudo sete artigos decorrentes da pesquisa nas bases de dados mencionadas e um artigo obtido através de pesquisa manual, perfazendo um total de oito artigos analisados nesta revisão sistemática.

Figura 1

Flow diagram baseado no *PRISMA Statement* (Liberati et al., 2009).



A extração de dados foi realizada através de um formulário de extração de dados (ver Anexo A) cujo resume hipóteses de investigação, descrição da amostra, país onde decorreram os estudos, tipo de estudos e contexto em que a amostra foi obtida. Incluíram-se as variáveis de interesse, nomeadamente, as PCEs e as ACEs analisadas e respetivas medidas de avaliação, além da descrição dos resultados, conclusões e limitações dos estudos.

Capítulo III - Resultados

Na Tabela 1 expõem-se os principais dados dos estudos incluídos, identificando os autores, o ano e o país em que cada estudo decorreu, a amostra e o tipo de estudo, as variáveis de interesse, respetivas medidas e os resultados. Os estudos reportados analisaram o papel e o impacto das PCEs enquanto moderadores do efeito das ACEs, nomeadamente, na reincidência, agressividade e comportamento antissocial.

Tabela 1

Principais caraterísticas dos estudos incluídos.

Autores, Ano e País	Amostra	Tipo de Estudo	Variáveis Dependentes	Variáveis Independentes	PCE's	Medida	ACE's	Medida	Resultados
Novak e Fagan, 2022 - EUA	800 jovens	Quantitativo	Atos delinquentes e Detenções	ACE'S	Pares e atividades pró-sociais, relações parentais positivas, ambiente, crença na importância do sucesso e educação, adultos mentores não familiares	Age 12 interview	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, doença mental e reclusão no agregado, trauma familiar	Relato de 10 ACEs experienciadas até aos 12 anos	Jovens com maior nº de PCEs reportaram menos atos delinquentes.
Craig, 2019 – EUA	25.461 jovens do DJJF (Coorte de 3 anos: 2009-2012)	Quantitativo	Reofensa	ACE'S	Orientação futura	PACT	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado,	ACE *Score* composta a partir dos itens da PACT em resposta dicotómica	Embora a OF e as ACE's se relacionem à reincidência, a OF não pareceu reduzir a dimensão do efeito das ACE's na mesma.

							separação parental, doença mental ou reclusão no agregado		
Baglivio e Wolff, 2021 - EUA	28.048 jovens do DJJF (Coorte de 3 anos: 2009-2012)	Quantitativo	Reincidência	ACE'S e PCE's	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores/adultos, participação em atividades pró-sociais, amizades e fortes laços pró-sociais, apoio da família alargada, família como figura de suporte, boas relações com cuidadores	PCE score derivada da PACT	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, separação parental, doença mental ou reclusão no agregado	ACE *Score* composta a partir dos itens da PACT em resposta dicotómica	6 ou mais PCEs associadas a menor reincidência, ao contrário de jovens com mais ACEs e menos de 6 PCEs. A exposição cumulativa a PCEs protege de maior envolvimento com o sistema, moderando os efeitos da exposição cumulativa a ACEs.
Craig et al., 2017 – EUA	28.169 jovens do DJJF (Coorte de 3	Quantitativo	Reincidência	Index de 4 items que medem Laços /	Laços sociais	Index de 4 items retirados da PACT	Abuso físico, sexual, emocional, a negligência física e emocional, uso	ACE Score composta a partir dos itens da PACT em	Laços sociais mais fracos associam-se a mais ACEs do que laços mais fortes. Maiores níveis de

	anos: 2009-2012)			Ligações com outros			de substâncias e violência no agregado, separação parental, doença mental ou reclusão no agregado	resposta dicotómica	ACE aumentaram probabilidades de reincidência perante laços sociais mais fracos e mais fortes, independentemente da força dos laços.
Wang et al., 2022 – China	1031 jovens adultos	Quantitativo	Comportamento desviante.	ACEs	Apoio social percebido (suporte familiar, suporte por parte de amigos, outro suporte)	12 questões numa escala de *likert* através da MSPSS	Abuso, negligência e disfuncionalidade doméstica.	*ACE Questionnaire*. *Self-Design Scale* e a *Multiple Problem Behavior Index* (MPBI)	O apoio de amigos, de pares, de familiares e outros tipos de apoio moderaram os efeitos da adversidade.
Craig et al., 2022 – EUA	23.985 jovens do DJJF (Coorte de 3 anos:	Quantitativo	Reincidência	ACE's, PCE's, história criminal	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores e adultos, participação em atividades pró-	PACT	Abuso emocional, físico e sexual, negligência emocional e física, violência familiar, uso de substâncias ou	ACE Score composta a partir dos itens da PACT	Classes com proteção elevada/moderada tinham menos probabilidades de reincidir do que as de baixo risco e

	2009-2012)				sociais, amizades e fortes laços pró-sociais, apoio da família alargada, família como figura de suporte, boas relações com cuidadores e família alargada.		doença mental no agregado, separação parental ou divórcio, reclusão no agregado.		proteção. As classes de risco moderado/elevado e baixa proteção não mostraram probabilidades diferentes de reincidência.
Kowalski et al., 2022 – EUA	254,874 jovens	Quantitativo	Reincidência: qualquer recondenação	ACEs e PCEs	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores e adultos, participação em atividades prósociais, amizades e fortes laços pró-sociais, apoio da família alargada, família como figura de suporte, boas relações com	PACT	Abuso físico, sexual, emocional, a negligência física e emocional, uso de substâncias no agregado, violência no agregado, separação parental, doença mental no agregado e a reclusão de um membro do agregado	ACE Score composta a partir dos itens da PACT em resposta dicotómica	Alta exposição a ACEs e PCEs aumentou e reduziu probabilidades de reincidência, respetivamente. PCEs têm efeito protetor em jovens com elevadas PCEs.

					cuidadores e família alargada.				
Logan-Greene et al., 2022 - EUA	5378 jovens	Quantitativo	Agressividade e comportamento antissocial.	ACE's; Pares antissociais; Fatores de proteção;	Fatores protetores individuais: controlo de impulsos; resolução de problemas; aspirações para o futuro, contexto familiar e social; parentalidade positiva; conecções pró-sociais.	Itens que avaliam fatores de proteção: individuais, ao nível do contexto familiar e social	Maus-tratos na infância, disfunção familiar e desvantagem social	3 Escalas ACE	Recursos de resiliência e fatores de proteção relacionados com a redução do comportamento antissocial.

Objetivos dos Estudos

Os estudos analisam o efeito das PCEs na relação entre as ACEs e o comportamento desviante, a agressividade e a reincidência. Novak e Fagan (2022), Wang e colegas (2022) e Logan-Greene e colegas (2022) analisaram o efeito das ACEs e das PCEs na agressividade e no comportamento antissocial. Novak e Fagan (2022) investigaram o papel atenuador das PCEs cumulativas, na relação entre as ACEs e a delinquência e detenção na adolescência. Wang e colegas (2022) analisaram a taxa de ACEs entre os jovens adultos chineses, a sua relação com os comportamentos desviantes e os efeitos moderadores do apoio social na relação entre as ACEs e o comportamento antissocial. Logan-Greene e colegas (2022) estudaram o papel das ACEs no aumento da agressividade, das atitudes antissociais e o grau em que determinados fatores protetores atenuam esta relação.

Já Craig e colegas (2017a), Craig (2019), Baglivio e Wolff (2021), Kowalski e colegas (2022) e Craig e colegas (2022) examinaram o papel das PCEs na relação entre as ACEs e a reincidência. Baglivio e Wolff (2021) hipotetizaram que as PCEs cumulativas se associam a uma redução da reincidência e moderam a relação das ACEs com a reincidência. Kowalski e colegas (2022) hipotetizaram que as ACEs e PCEs predizem a reincidência e que jovens com "PCEs elevadas e ACEs baixas" teriam probabilidades diferentes de reincidir em comparação com "ACEs e PCEs elevadas", "ACEs elevadas e PCEs baixas" ou "ACEs e PCEs baixas". Por fim, hipotetizaram que o nível de exposição cumulativa dos jovens a ACE-PCE é preditor da reincidência. Craig e colegas (2017a) analisaram os efeitos das ACEs e dos laços sociais na reincidência e o seu impacto na relação das ACEs com a reincidência. Craig (2019) previu que a presença de mais ACEs estaria associada a uma orientação para o futuro reduzida e que esta teria um papel mediador na relação positiva entre a adversidade e a reincidência. Por fim, Craig e colegas (2022) analisaram a coocorrência das ACEs e das PCEs em classes distintas e o seu papel preditor da reincidência.

Amostra

A maioria dos estudos incluídos nesta revisão sistemática decorreram nos Estados Unidos da América (EUA) e continham amostras de jovens (Baglivio & Wolff, 2021; Kowalski et al, 2022) em risco (Craig et al., 2017a) inseridos no sistema judicial (Craig et al., 2022; Logan-Greene et al., 2022), à exceção da análise de Wang e colegas (2022), que decorreu na China e focava jovens adultos não inseridos no sistema.

Baglivio e Wolff (2021) incluíram 28.048 jovens com média de idades de 17.01, que concluíram medidas de colocação na comunidade entre 2009 e 2012, assim como Craig et al. (2022) cuja amostra englobou 23.985 jovens. A amostra de Craig e colegas (2017a) consiste nos 28,169 jovens com uma média de idades de 17 anos, que receberam uma medida equivalente a uma detenção de um adulto e que completaram alguma medida de colocação na comunidade (i.e., liberdade condicional), tal como Craig (2019), com diferença de que este estudo incluiu 25.461 jovens. Kowalski e colegas (2022) focaram em 254.874 jovens com média de idades de 15.76 anos, com e sem reincidência, avaliados entre 2003 e 2019, em 9 estados dos EUA. Logan-Greene e colaboradores (2022), recorreram a 5378 jovens, com média de 15 anos, a cumprir liberdade condicional entre 2003 e 2013, condenados pelo primeiro crime. Já Novak e Fagan (2022) incluíram uma amostra de 800 jovens com média de 16 anos, com histórico de detenções ou infrações auto-relatadas.

Tipo de Estudo e Contexto

Os estudos incluídos neste trabalho verificaram-se como quantitativos e a maioria dos autores recorreu a arquivos (Baglivio & Wolff, 2022; Craig et al., 2017a; Craig, 2019; Craig et al., 2022; Kowalski et al., 2022; Novak & Fagan, 2022) para obter os dados necessários à criação das suas amostras, adquiridas em contexto judicial.

Wang e colegas (2022) obtiveram uma amostra em contexto social através de um estudo longitudinal com participantes recrutados através do *Tencent* QQ (*software* de mensagens), e-mail, chamadas telefónicas e estratégia de bola de neve. Logan-Greene e colegas (2022) recolheram dados com recurso ao *Washington State Juvenile Court Assessment* (WSJCA), administrado a jovens a cumprir liberdade condicional. Quatro estudos (Baglivio & Wolff, 2022; Craig et al., 2017a; Craig, 2019; Craig et al., 2022) adquiriram os seus dados através do Departamento de Justiça Juvenil da Flórida (DJJF), nos EUA, seguindo uma coorte de três anos (2009 a 2012), em contexto judicial. O estudo de Kowalski e colegas (2022) integrou uma recolha de dados para o *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention* (OJJDP) e os dados consistem em registos de avaliações e resultados de reincidência. Similarmente, Novak e Fagan (2022) retiraram os seus dados do *National Data Archive on Child Abuse and Neglect*, do *Longitudinal Studies on Child Abuse and Neglect Research Consortium* (LONGSCAN), um estudo realizado em 1991 com o objetivo de investigar os fatores de risco e as consequências associadas ao mau-trato infantil (Runyan et al., 1998).

Variáveis de Interesse

Cinco estudos identificam a reincidência como variável dependente (Craig, 2019; Craig et al., 2022; Baglivio & Wolff, 2021; Craig et al., 2017a; Kowalski et al., 2022), enquanto Novak e Fagan (2022) identificam o número de atos delinquentes cometidos e a existência de pelo menos uma detenção no último ano. Já Wang e colegas (2022) e Logan-Greene e colegas (2022) identificam o comportamento desviante, a agressividade e o comportamento antissocial, respetivamente.

Quanto às variáveis independentes, três estudos identificaram somente as ACE's (Craig, 2019; Novak & Fagan, 2022; Wang et al., 2022) e um estudo identificou um index de 4 itens que medem os laços / ligações com outros (Craig et al., 2017a). Contudo, Baglivio e Wolff (2021) e Kowalski e colegas (2022) apontam as ACE's e as PCE's, e Logan-Greene e colegas (2022) indicam as ACE's, os pares antissociais e os fatores de proteção. Similarmente, Craig e colegas (2022) apontam as ACE's, as PCE's e a história criminal.

Medidas

Para uma melhor compreensão dos estudos integrantes deste trabalho, importa conhecer os instrumentos que serviram de base à medida das PCEs e as experiências consideradas. Novak e Fagan (2022) consideraram como PCE's a associação com pares pró-sociais, o envolvimento em atividades pró-sociais, a existência de relações parentais positivas, o ambiente contextual, a crença na importância do sucesso na educação e a presença de adultos mentores não-familiares, recorrendo aos itens incluídos na *Age 12 Interview* e disponíveis na LONGSCAN, para a medição das mesmas. No seu estudo, Wang e colegas (2022) consideraram o apoio social percebido, que se traduziu no apoio familiar, de amigos e outros, e foi medido com recurso a uma escala de likert de 7 pontos com 12 questões, a *Multidimensional Scale of Perceived Social Support* (MSPSS). Logan-Greene e colegas (2022) focaram os efeitos protetores dos recursos da resiliência e analisaram cinco fatores de proteção individuais, ao nível do contexto familiar e social, com recurso aos itens presentes na WSJCA. Dentro dos fatores de proteção individual encontram-se as aspirações para o futuro, a resolução de problemas e a autorregulação/controlo de impulsos. Por sua vez, no âmbito do contexto familiar e social analisou-se a parentalidade positiva e as ligações pró-sociais.

Importa salientar os estudos que recorreram à *Positive Achievement Change Tool* (PACT) para obter as medidas que permitiram analisar as PCEs (Baglivio & Wolff, 2021; Craig et al., 2017a, 2022; Craig, 2019; Kowalski et al., 2022). Craig e colegas (2017a) mencionam os

laços sociais, medidos com recurso a um índice de 4 itens, retirado da PACT, sendo a análise respetiva à fase de término da supervisão comunitária, cujos itens patenteavam a relação positiva com um adulto, os laços comunitários, a presença de pares pró-sociais e o sentimento de proximidade com as figuras parentais pró-sociais. Craig (2019) introduziu a orientação futura enquanto variável mediadora e experiência benevolente a ser analisada. A autora recorreu à PACT para averiguar a perceção dos participantes sobre o seu futuro, nomeadamente, se esta perceção era positiva, se existiam planos ou ambições no campo profissional, na educação, na família e outros objetivos pró-sociais.

A PACT é administrada através de entrevistas semiestruturadas, sendo a informação adicional fornecida através de uma revisão do processo de cada jovem e da confirmação com os registos oficiais (Craig, 2019). Craig e colegas (2022) recorreram igualmente à PACT *Full Assessment* para obter indicadores que permitissem analisar de que modo a pertença a determinada classe ou grupo poderia ser preditora de algum tipo de reincidência. Para as PCEs, foram utilizados 11 indicadores: 1) a crença de que a escola providencia um ambiente encorajador; 2) conforto em falar com dois ou mais professores; 3) participação em uma ou mais atividades escolares; 4) participação em uma ou mais atividades recreativas pró-sociais; 5) historial ou manutenção de duas ou mais relações com adultos positivos; 6) só tem amizades pró-sociais; 7) manutenção de fortes laços pró-sociais na comunidade; 8) a família tem fortes laços de apoio com a família alargada; 9) a família é figura de suporte constante; 10) a família proporciona oportunidades de envolvimento e participação em atividades e decisões que o afetem; 11) manutenção de boas relações com as figuras parentais e família alargada. Baglivio e Wolff (2021) utilizaram os mesmos indicadores de PCEs supramencionados para analisar se a existência de PCEs cumulativas estaria associada a uma minimização da reincidência e a uma moderação da relação da adversidade com esta. Kowalski e colegas (2022) seguiram o método de operacionalização de Baglivio e Wolff (2021) e analisaram o papel das ACEs e das PCEs enquanto preditoras da reincidência, recorrendo aos mesmos indicadores e às respostas da PACT, ou versão semelhante, específica para o Estado em que estivesse a ser aplicada, para que, a partir da mesma, fossem criados itens e escalas para avaliar as PCE, originando um compósito ACE-PCE, para avaliar o espectro da exposição na infância.

O papel das PCE's no Comportamento Antissocial

Os estudos de Baglivio e Wolff (2021), Novak e Fagan (2022), Wang e colegas (2022), Craig e colegas (2022), Kowalski e colegas (2022) e Logan-Greene e colegas (2022),

apresentam conclusões semelhantes face ao papel das PCEs enquanto moderadoras dos efeitos das ACEs, na externalização do comportamento antissocial e da reincidência.

Baglivio e Wolff (2021) associam as PCEs à reincidência, destacando que experienciar seis ou mais PCEs implicaria uma menor probabilidade de reincidência, ao contrário do que se verificou perante jovens com maiores níveis de ACEs, que apresentassem menos de seis PCEs. Os autores constatam que a exposição cumulativa às PCEs atua como fator de proteção para o envolvimento no sistema judicial, atenuando os efeitos negativos da adversidade.

Similarmente, Novak e Fagan (2022) revelam que as PCE funcionam como factores de proteção na relação entre as ACE e a delinquência. Contudo, estes efeitos não foram detetados em todos os níveis de ACE nem surgiram quando se examinou a detenção. Os jovens que reportavam ACEs exibiam maior número de atos delinquentes, quando comparados com jovens sem exposição a ACEs, e jovens com um maior número de PCEs reportaram menos atos delinquentes. Especificamente, PCEs moderaram a relação entre as ACEs e a delinquência auto-relatada, mas apenas entre jovens que referiram uma exposição moderada às ACEs e um número de PCEs superior à média (i.e., mais de três). Os autores indicam que múltiplas PCEs são mais capazes de promover a resiliência quando comparadas com PCEs singulares, contudo, para jovens expostos a um grande número (i.e., quatro ou mais) de ACEs, as múltiplas PCEs não são capazes de mitigar os seus efeitos negativos. Além disso, a análise da interação entre as ACE, as PCE e a detenção, indicou que as PCE não moderaram a relação entre as ACE e a detenção, uma vez que em todos os níveis de ACEs, os jovens com quatro ou mais PCEs não diferiram na probabilidade de detenção em comparação com os jovens com menos PCEs (Novak & Fagan, 2022).

Wang e colegas (2022) concluem que o apoio percebido de pares moderou a relação da adversidade com os comportamentos antissociais, o apoio familiar e outros tipos de apoio moderaram a relação entre disfuncionalidade doméstica e comportamento antissocial.

Craig e colegas (2022) reportam que jovens com níveis elevados e moderados de fatores de proteção revelavam menos probabilidades de reincidir, quando comparados com jovens que apresentassem baixo risco e baixa proteção. Especificamente, os jovens das classes 1 (risco moderado / proteção elevada), 2 (risco baixo / proteção elevada) e 4 (risco baixo / proteção moderada/familiar) tinham menos probabilidades de reincidir, em comparação com os da classe 5, a categoria de referência (baixo risco / baixa proteção). Tal parece sugerir que o número de PCEs pode ter um papel atenuante da delinquência prolongada. Curiosamente, os jovens com risco moderado, elevado e baixos fatores de proteção, não evidenciaram

probabilidades diferentes de reincidir, o que sugere que a acumulação de fatores de proteção é mais importante que o número de experiências de adversidade. Isto porque o que pode impedir os jovens de optar por comportamentos antissociais parece ser um preditor mais importante da reincidência do que os fatores que podem favorecer tais comportamentos.

Também Kowalski e colegas (2022) denotaram que a exposição elevada a PCEs não só reduziu as probabilidades de reincidência, como estas experiências agiram como fatores protetores. A probabilidade mais forte de reincidência incidiu em jovens que reportaram níveis elevados de ACEs, mas baixos de PCEs, enquanto cada ACE e PCE adicional previu um aumento e uma diminuição das probabilidades de reincidência, respetivamente.

Consistentemente, Logan-Greene e colegas (2022) concluem que o aumento dos recursos de resiliência está associado a uma diminuição da agressividade, uma vez que os fatores de proteção estão significativamente relacionados com a redução de atitudes antissociais. As ambições, a capacidade de resolução de problemas, as experiências de parentalidade positiva, os pares pró-sociais e o controlo de impulsos tiveram um efeito protetor perante níveis altos de ACEs e regularam as consequências na conduta antissocial.

Por outro lado, os estudos de Craig e colegas (2017a) e de Craig (2019) apresentam resultados diferentes. Craig e colegas (2017a) mencionam que o número de ACEs contribuiu para um aumento da probabilidade de reincidência e que a presença de laços sociais teve um efeito significativo na reincidência, à semelhança dos estudos previamente descritos. Os autores salientam que os laços sociais mais fracos apresentam uma maior associação às ACEs, em comparação com laços mais fortes. Porém, declaram que níveis mais elevados de ACEs aumentam a probabilidade de reclusão, independentemente da força dos laços, isto porque se verificou uma ação protetora da reincidência, perante a exposição a cinco ou menos ACES. Neste sentido, quando a presença de laços fortes é ultrapassada pela exposição a seis ou mais ACES, o efeito protetor dos laços sociais não é suficiente para neutralizar os efeitos negativos da adversidade.

Já o estudo de Craig (2019) relata que pontuações mais elevadas de ACEs conduziram a uma diminuição dos níveis de orientação para o futuro, em comparação com pontuações mais baixas. Os jovens com laços sociais mais fortes apresentavam uma orientação futura mais forte. Embora a orientação para o futuro tenha tido um efeito negativo significativo na reincidência, indicando que menor orientação para o futuro aumentava as probabilidades de reincidir, quem apresentou mais ACEs manteve mais probabilidades de reincidir do que quem não relata esse historial. Ainda assim, embora a orientação para o futuro e as pontuações de ACE estivessem

relacionadas com a reincidência, a orientação para o futuro não pareceu reduzir a dimensão do efeito das ACE na mesma, uma vez que não foram encontradas evidências de que atuasse enquanto mediadora da relação positiva entre as variáveis.

Capítulo IV – Discussão

Dado o impacto da adversidade na infância no desenvolvimento de comportamentos antissociais ao longo da vida (Basto-Pereira & Maia, 2019; Braga et al., 2018; Craig et al., 2017a; Felitti et al., 1998), importa perceber de que forma contribuem as PCEs para trajetórias de maior resiliência em adolescentes e adultos expostos à adversidade na infância (Almeida et al., 2021; Crandall et al., 2019). Assim, analisou-se o papel das PCEs e a extensão dos seus resultados no comportamento antissocial e reincidência, a longo prazo.

A maioria dos estudos decorreu nos EUA e analisou o papel das PCEs na associação entre as ACEs e o comportamento antissocial ou reincidência, com recurso a amostras compostas maioritariamente por jovens. Considerando os critérios de inclusão, que inicialmente abrangeram a pesquisa a estudos quantitativos, qualitativos e mistos, incluíram-se somente estudos quantitativos. Os resultados mais expressivos indicam que as PCEs atenuam o comportamento antissocial, a agressividade e a reincidência, como fatores de proteção e moderadores dos efeitos negativos da adversidade (Baglivio & Wolff, 2021; Craig et al., 2022; Novak & Fagan, 2022; Kowalski et al., 2022). Especificamente, a exposição cumulativa às PCEs protege face ao envolvimento no sistema judicial e reincidência, e este efeito seria mais forte caso fossem relatadas seis ou mais PCEs (Baglivio & Wolff, 2021). Estudos concluíram que cada ACE e PCE adicional previu um aumento e uma diminuição das probabilidades de reincidir, respetivamente (Kowalski et al., 2022). Ademais, mais recursos de resiliência implicam uma redução da agressividade (Logan-Greene et al., 2022) e diversos tipos de apoio atenuam os comportamentos antissociais, perante historiais de adversidade (Wang et al., 2022). Craig e colegas (2022) reportam que o número de PCEs poderá atenuar a delinquência prolongada, contudo, jovens com risco moderado, elevado e baixos fatores de proteção, não exibiram probabilidades distintas de reincidir, sugerindo que fatores de proteção cumulativos são mais relevantes que o número de ACEs, em consonância com a literatura, que prediz que a ausência de PCEs pode ser mais prejudicial a longo prazo, do que a ocorrência de ACEs (Novak & Fagan, 2022; Almeida et al., 2021; Crandall et al., 2019).

Contrariamente ao esperado, Craig (2019) não verificou uma redução da dimensão do efeito das ACE na reincidência, por parte da orientação para o futuro, e Craig et al. (2017a) não

constataram uma neutralização dos efeitos negativos das ACE, quando estas eram superiores a seis, por parte dos laços sociais. Tal sugere dificuldades na identificação de potenciais factores mediadores na relação entre as ACE e a reincidência (Novak & Fagan, 2022). Novak e Fagan (2022) não verificaram efeitos protetores das PCEs em todos os níveis de ACEs estudados ou perante a detenção, pois não são clarificados o número ou tipos de adversidades mais suscetíveis de originar resultados desadaptativos, nem o número ou tipos específicos de PCEs capazes de contrariar a adversidade, reforçando que, embora as PCEs isoladas possam atenuar efeitos negativos de fatores de *stress* isolados, são necessárias múltiplas forças para os contrariar (Novak & Fagan, 2022).

As PCEs descritas nos estudos incluídos vão de encontro ao sugerido no Modelo do Portefólio da Resiliência (Grych et al., 2015). Foram apontadas as relações parentais positivas (Novak & Fagan, 2022), o suporte familiar (Wang et al., 2022), a parentalidade positiva (Logan-Greene et al., 2022) e as boas relações com cuidadores e com a família alargada, onde esta se verifica como figura de suporte envolvente (Baglivio & Wolff, 2021; Craig et al., 2022; Kowalski et al., 2022). Tal está previsto na literatura como uma prestação de cuidados sensível e recetiva, que estimula competências sociais nas crianças, tornando-as capazes de desenvolver relações mutuamente gratificantes (Grych et al., 2015). Para crianças expostas à violência no agregado familiar, permanece nos cuidadores a fonte da violência, pelo que são os indivíduos externos ao agregado, como amigos, família alargada ou professores, que desempenham um papel crucial no pleno desenvolvimento (Grych et al., 2015).

Indicam-se também as experiências de apoio social percebido (Wang et al., 2022), as relações positivas com professores e adultos, a participação em atividades pró-sociais, assim como as amizades e fortes laços pró-sociais na comunidade (Baglivio & Wolff, 2021; Craig et al., 2022; Kowalski et al., 2022), o contexto familiar, social (Logan-Greene et al., 2022) e a crença na importância do sucesso e educação (Novak & Fagan, 2022). De acordo com o Modelo do Portefólio da Resiliência (Grych et al., 2015), um ambiente escolar e organizações comunitárias marcadas por indivíduos que transmitem e reforçam comportamentos pró-sociais, proporcionam à criança oportunidades de desenvolvimento de competências essenciais e um bem-estar harmonioso (e.g., Biglan et al., 2012). Num paralelo com o estudo de Logan-Greene e colegas (2022), que evidencia a autorregulação como fator de proteção para o comportamento antissocial, a literatura indica que a regulação das emoções viabiliza a moderação do afeto perante ocorrências stressantes, permitindo a manutenção do afeto positivo e da motivação para um comportamento construtivo (Cole et al., 2004). Compreender potenciais precursores de

comportamentos antissociais e fatores de proteção (Logan-Greene et al., 2022), coopera para a investigação na medida em que torna exequível aferir pontos de intervenção com o potencial de informar a prevenção e o tratamento (Novak & Fagan, 2022), investindo na proteção das crianças face às consequências negativas das ACEs (Liu et al., 2019).

É imperativo apontar instrumentos que avaliam as PCEs, nomeadamente, adaptados e validados para a população portuguesa, destacando que, à data da pesquisa nas bases de dados, foram encontrados os estudos de Almeida e colegas (2021) cujo objetivo recaiu na análise das propriedades psicométricas e adaptação da BCE Scale (BCE's; Narayan et al., 2018b) para a população portuguesa, o Questionário de Experiências Positivas (PEQ; Marques-Pinto et al., 2019) e a Escala de Experiências de Vida (LIFES; Azevedo et al., 2020).

Limitações

Estão patentes nos estudos incluídos limitações apontadas pelos autores, que merecem destaque. De um modo geral, os estudos utilizaram autorrelato, existindo a possibilidade de maior omissão ou exacerbação de condenações (Novak & Fagan, 2022), minimização de traços indesejáveis, ou omissão de experiências de abuso sexual e negligência (Craig, 2019; Craig et al., 2017a). Ademais, Logan-Greene e colegas (2022) também assinalam que as suas medidas foram obtidas através de autorrelato e não foram validadas psicometricamente.

Estudos referem que as medidas das PCEs e das ACEs não têm em conta a gravidade ou frequência da exposição, o período de desenvolvimento em que ocorreu ou as alterações que provoca a longo prazo (Craig et al., 2022; Baglivio & Wolff, 2021; Kowalski et al., 2022), além de que os factores de proteção encontrados na comunidade e na família não medem a força das relações de proteção (Craig et al., 2022). Kowalski e colaboradores (2022) reconhecem que a medida "reincidência" não representa todos os tipos de reincidência existentes e somente um número limitado de PCEs podem ser retiradas da PACT, considerando a existência de mais PCEs, que podem não ter sido consideradas. À semelhança, Craig e colegas (2022) salientam que as medidas de reincidência foram limitadas a um ano de acompanhamento e incluem somente infrações conhecidas pelas autoridades, pelo que podem existir informações desconhecidas. Além disso, os estudos mediram a reincidência através de medidas de reclusão em oposição ao autorrelato de comportamentos delinquentes (Craig et al., 2017a; Craig, 2019). Outros autores apontam dificuldades na generalização, pela sua amostra ser limitada a jovens envolvidos no DJJF, que preencheram a PACT *Full Assessment* e concluíram medidas específicas, não tendo incluído jovens independentemente da sua situação judicial (Craig, 2019;

Craig et al., 2017a) ou pelo facto de incluir somente jovens de um Estado (Craig et al., 2022). Concomitantemente, Wang e colegas (2022) inferem que a amostra inclui estudantes e não-estudantes com características diferentes, recrutados apenas numa área.

Numa análise geral desta revisão, a mesma contém lacunas a ser consideradas, em investigações futuras. Sublinha-se que a maioria dos estudos incluídos decorreram nos Estados Unidos da América, à exceção de um estudo, e foram publicados no idioma inglês, o que aumenta a possibilidade de existência de um viés, dado que não foram encontrados estudos que cumprissem os critérios de inclusão realizados noutros países ou escritos nos outros idiomas de interesse (i.e., português e espanhol). Ademais, pode estar patente uma sobrerepresentação de estudos realizados nos Estados Unidos da América, nas revistas académicas internacionais. O facto de os estudos incluídos decorrerem maioritariamente nos Estados Unidos da América dificulta o processo de generalização, relativamente aos possíveis efeitos das PCEs no comportamento antissocial a longo prazo, nomeadamente, do ponto de vista contextual ou cultural. Assim, mantém-se indispensável a extensão da investigação a outros países e idiomas, em prol de uma visão mais generalizada do papel das PCEs enquanto moderadoras dos efeitos da adversidade a longo prazo.

Quanto à metodologia, a utilização de quatro bases de dados para conduzir a pesquisa resultou na inclusão de oito estudos, lembrando que não foi considerada literatura não publicada, que pode aumentar a presença de viés nos resultados, pois os estudos com resultados significativos apresentam maior probabilidade de publicação (Kühberger et al., 2014; Stern & Simes, 1997). Além disso, não foi avaliada a qualidade metodológica e o risco de viés dos estudos, ainda que só tenham sido considerados estudos revistos por pares. Pelo facto de as PCE's serem um construto multidimensional (Baglivio & Wolff, 2021; Racine et al., 2020) constituído por diversas PCEs, a limitação da expressão de pesquisa aos termos "*benevolent childhood experiences*", "*counter-aces*" e "*positive childhood experiences*", implica a não especificação de todas as PCEs potencialmente associadas, que pode afetar o número de estudos captados.

Aponta-se ainda que, na maioria dos estudos, o foco recaiu nas ACEs e nos seus efeitos, tendo sido pouco consideradas as PCEs, ainda que se tenha verificado o efeito atenuante dos efeitos negativos das ACEs. Finalmente, destaca-se que os instrumentos de avaliação de PCEs mencionados inicialmente, nomeadamente, a Escala de Experiências de Vida (LIFES; Azevedo et al., 2020), o Questionário de Experiências Positivas (PEQ; Marques-Pinto et al.,

2019) e a Benevolent Childhood Experiences (BCE; Narayan et al., 2018b) não foram utilizados em nenhum dos estudos incluídos.

Implicações para a Investigação e Intervenção

Este trabalho destaca a importância do estudo e estimulação das PCEs, que contribuem para o desenvolvimento adaptativo apesar da adversidade, enquanto fatores protetores e moderadores do comportamento antissocial (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020; Toth & Cicchetti, 2013). Além disso, fornece pistas para a intervenção em diferentes domínios, como a educação parental, a promoção de ambientes familiares positivos, a prevenção do mau-trato infantil e enfatiza a necessidade da prevenção das ACEs e promoção dos recursos de resiliência, bem-estar físico e psicológico de todas crianças e jovens, principalmente, com historial de ACEs. Por exemplo, estes resultados reforçam a importância da medida de acolhimento familiar (artº 46º, LPCJP), prevista na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP; Lei nº147/99, de 1 de setembro), que consiste na confiança da criança a determinada pessoa ou agregado familiar, capaz de proporcionar um desenvolvimento em condições protetoras e promotoras de segurança, saúde, educação e bem-estar, favorecendo a recuperação física e psicológica, na eventualidade de experiência de mau-trato (LPCJP; Lei nº147/99, de 1 de setembro). Assim, a criança poderá mais facilmente construir uma relação próxima com os seus cuidadores (Bertão, et al., 2015), num contexto familiar estável e securizante (Delgado et al., 2014) marcado pelo afeto (Diogo & Branco, 2020), pela parentalidade positiva, e por uma vinculação segura, cruciais a um desenvolvimento saudável (Bethell et al., 2019; Crandall et al., 2019; Novak & Fagan, 2022).

Relembra-se o trabalho de Sege e Browne (2017) que reforça a necessidade de aliar a promoção de PCEs nas crianças com o reforço dos recursos dos cuidadores, de modo a atenuar os efeitos das ACEs. Promover estratégias funcionais junto dos cuidadores contribui para uma parentalidade positiva (Pratas et al., 2017), que modera o efeito das ACEs e impacta o desenvolvimento da criança a longo prazo, enquanto fator protetor contra o comportamento antissocial, reforçando a importância do investimento nas competências parentais (Logan-Greene et al., 2022). A fim de fortalecer laços familiares, minimizar a disfuncionalidade e promover um desenvolvimento saudável, a intervenção com cuidadores é crucial e, quando realizada em contextos vulneráveis, os resultados são positivos (Pratas et al., 2017).

Este trabalho permite ainda refletir na associação das PCEs e ACEs com a saúde mental. A literatura aponta a adversidade enquanto preditora de sintomatologia depressiva, de perturbações de personalidade, de traços narcísicos (Starbird & Story, 2020) e de experiências

futuras de vitimação e comportamentos antissociais (Toth & Cicchetti, 2013). Um despiste precoce de ACEs permite estimular características como o altruísmo, prevenindo resultados associados a condutas desviantes, a curto e longo prazo (Gomis-Pomares & Villanueva, 2020).

No âmbito das implicações para a investigação e intervenção, reflete-se sobre potenciais ações de modo a promover o estudo das PCEs e do seu impacto no comportamento antissocial na idade adulta. Futuramente, do ponto de vista da investigação, seria benéfico replicar a pesquisa realizada nesta revisão sistemática, utilizando mais bases de dados e ampliando a expressão de pesquisa a outras variáveis de interesse, de modo a obter mais resultados. Adicionalmente, seria interessante realizar estudos longitudinais em Portugal, com foco nas PCEs e ACEs, para explorar a sua associação à emergência de comportamentos antissociais e reincidência na idade adulta. Sabendo do efeito da adversidade na cognição, investigar o efeito das PCEs no desenvolvimento emocional e cognitivo, nomeadamente, na regulação emocional e tomada de decisão, em jovens com historial de adversidade e indicadores de comportamentos antissociais, poderia contribuir para compreender como as PCEs impactam o comportamento a longo prazo.

Conclusão

A análise dos estudos incluídos corroborou a literatura e o objetivo inicial desta revisão sistemática. Verificou-se o papel das PCEs na redução do comportamento antissocial e da reincidência, enquanto moderadoras e protetoras dos efeitos nocivos das ACES a longo prazo. Destaca-se a resiliência enquanto foco da intervenção, que reforça o papel da identificação precoce de situações adversas ao pleno desenvolvimento. Com isto, é possível intervir na regulação emocional junto de jovens com historial de adversidade, de modo a promover uma adaptação funcional apesar da mesma, maximizando os comportamentos pró-sociais na idade adulta.

Permanece o otimismo numa consciência global para a saúde mental, para os benefícios da parentalidade positiva e para os efeitos negativos da adversidade na infância. Finda-se este trabalho com o reforço da importância da intervenção, principalmente, junto dos jovens, mas também das suas famílias, através da estimulação de experiências positivas como estratégia preventiva e impulsionadora de bem estar, de saúde mental, e principalmente, de saúde pública.

Referências

Almeida, T. C., Fernandes, R. M., & Cunha, O. (2023a). The role of positive childhood experiences in the link between childhood maltreatment and affective lability in a sample of incarcerated men and women. *Child Abuse & Neglect*, *135*, 105969. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105969

Almeida, T. C., Fernandes, R. M., & Cunha, O. (2023b). Brief measure of affective lability among portuguese community and justice samples: Psychometrics and measurement invariance. *Crime & Delinquency*, 00111287221143931. https://doi.org/10.1177/00111287221143931

Almeida, T. C., Guarda, R., & Cunha, O. (2021). Positive childhood experiences and adverse experiences: Psychometric properties of the Benevolent Childhood Experiences Scale (BCEs) among the Portuguese population. *Child Abuse & Neglect*, *120*, 105179. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105179.

Anda, R. F., Butchart, A., Felitti, V. J., & Brown, D. W. (2010). Building a framework for global surveillance of the public health implications of adverse childhood experiences. *American journal of preventive medicine*, *39*(1), 93-98. https://doi.org/10.1016/j.amepre.2010.03.015

Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, C. H., Perry, B. D., ... & Giles, W. H. (2006). The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood. *European archives of psychiatry and clinical neuroscience*, *256*(3), 174-186. https://doi.org/10.1007/s00406-005-0624-4

Anestis, M. D., Peterson, C. B., Bardone-Cone, A. M., Klein, M. H., Mitchell, J. E., Crosby, R. D., Wonderlich, S. A., Crow, S. J., Grange, D., & Joiner, T. E. (2009). Affective lability and impulsivity in a clinical sample of women with bulimia nervosa: The role of affect in severely dysregulated behavior. *International Journal of Eating Disorders, 42(3)*, 259–266. https://doi.org/10.1002/eat.20606

Azevedo, V., Martins, C., & Maia, A. (2020). Lifetime Experiences Scale (LIFES): Desenvolvimento e validação em amostras da comunidade [Lifetime Experiences Scale (LIFES): Development and validation in samples from community]. Psicologia, 34(1), 174–194. https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i1.1456

Baglivio, M. T., & Wolff, K. T. (2021). Positive childhood experiences (PCE): Cumulative resiliency in the face of adverse childhood experiences. *Youth violence and juvenile justice*, *19*(2), 139-162. https://doi.org/10.1177/1541204020972487

Baker, L. A., Jacobson, K. C., Raine, A., Lozano, D. I., & Bezdjian, S. (2007). Genetic and environmental bases of childhood antisocial behavior: a multi-informant twin study. *Journal of abnormal psychology*, *116*(2), 219. https://doi.org/10.1037/0021-843X.116.2.219

Bandura, A. (1969). Social-learning theory of identificatory processes. In D. A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 213-262). Rand McNally & Company.

Basto-Pereira, M., & Da Costa Maia, A. (2019). Early adversity and adult delinquency: The mediational role of mental health in youth offenders. *Ciência e Saúde Coletiva*, *24(8)*, 2805–2810. https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.27142017

Bertão, A., Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. (2015). O contacto no acolhimento familiar de crianças e jovens. Uma avaliação atual. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, *6*, 193-209.

Bethell, C., Jones, J., Gombojav, N., Linkenbach, J., & Sege, R. (2019). Positive childhood experiences and adult mental and relational health in a statewide sample: Associations across adverse childhood experiences levels. *JAMA pediatrics*, *173*(11), e193007-e193007. https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2019.3007

Biglan, A., Flay, B. R., Embry, D. D., & Sandler, I. N. (2012). The critical role of nurturing environments for promoting human well-being. *American Psychologist*, *67*(4), 257. http://dx.doi.org/10.1037/a0026796

Braga, T., Cunha, O., & Maia, A. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, *40*, 91–100. https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003

Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American psychologist*, *32*(7), 513.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Harvard University Press.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, *22*(6), 723–742. https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723

Burt, S. A. (2009). Are there meaningful etiological differences within antisocial behavior? Results of a meta-analysis. *Clinical Psychology review*, *29*, 163-178. https://doi.org/10.1016/ j.cpr.2008.12.004

Camilo, C., & Garrido, M. V. (2019). A revisão sistemática de literatura em psicologia: Desafios e orientações. *A revisão sistemática de literatura em psicologia: desafios e orientações*, (4), 535-552. https://doi.org/10.14417/ap.1546

Cicchetti, D. (2013). Resilient functioning in maltreated children: Past, present, and future perspectives. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *54*, 402–422. Cicchetti, D., & Lynch, M. (1993). https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02608.x

Cole, P. M., Martin, S. E., & Dennis, T. A. (2004). Emotion regulation as a scientific construct: Methodological challenges and directions for child development research. *Child development*, *75*(2), 317-333. http://dx.doi .org/10.1111/j.1467-8624.2004.00673.x

Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Beyond PICO: The SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative Health Research*, *22*, 1435-1443. https://doi.org/10.1177/1049732312452938

Costa, S. P., Sonaglio, K. E., & Wiesinieski, L. B. (2020). A emergência da resiliência no planejamento e gestão turística. *Brazilian Journal of Development*, *6*(11), 91653-91669. https://doi.org/10.34117/bjdv6n11-540

Craig, J. M. (2019). The potential mediating impact of future orientation on the ACE–crime relationship. *Youth violence and juvenile justice, 17(2),* 111-128. https://doi.org/10.1177/1541204018756470

Craig, J. M., Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2017a). Do social bonds buffer the impact of adverse childhood experiences on reoffending? *Youth violence and juvenile justice*, *15(1)*, 3-20. https://doi.org/10.1177/1541204016630033

Craig, J. M., Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2017b). A little early risk goes a long bad way: Adverse childhood experiences and life-course offending in the Cambridge study. *Journal of Criminal Justice*, *53*, 34–45. https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.09.005

Craig, J. M., Wolff, K. T., & Baglivio, M. T. (2022). Clustering of adverse and positive childhood experiences: The nature and correlates of risk and protective factors. *Child Abuse & Neglect, 134*, 105878. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105878

Crandall, A., Broadbent, E., Stanfill, M., Magnusson, B. M., Novilla, M. L. B., Hanson, C. L., & Barnes, M. D. (2020). The influence of adverse and advantageous childhood

experiences during adolescence on young adult health. *Child Abuse & Neglect, 108*, 104644. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104644

Crandall, A., Miller, J. R., Cheung, A., Novilla, L. K., Glade, R., Novilla, M. L. B., ... & Hanson, C. L. (2019). ACEs and counter-ACEs: How positive and negative childhood experiences influence adult health. *Child Abuse & Neglect*, *96*, 104089. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104089

Daines, C. L., Hansen, D., Novilla, M. L. B., & Crandall, A. (2021). Effects of positive and negative childhood experiences on adult family health. *BMC Public Health*, *21*(1), 1-8. https://doi.org/10.1186/s12889-021-10732-w

Delgado, P., Carvalho, J., & Pinto, V. S. (2014). Crescer em família: a permanência no Acolhimento Familiar. *Pedagogía social: revista interuniversitaria*, *(23)*, 6-28. https://doi.org/10.7179/PSRI_2014.23.06

Diogo, E., & Branco, F. (2020). The Foster Family Process to Maintain the Will to Remain in Foster Care — Implications for a Sustainable Programme. *Sustainability, 12(19)*, 7942. https://doi.org/10.3390/su12197942

Duarte, C., Fatela, R., & Almeida, T. C. (2021). Interpersonal reactivity: The impact of infant-juvenile positive experiences. *Annals of Medicine, 53(1)*, 128–129. https://doi.org/10.1080/07853890.2021.1896177

Evans, G. W., Li, D., & Whipple, S. S. (2013). Cumulative risk and child development. *Psychological Bulletin, 139(6)*, 1342–1396. https://doi.org/10.1037/a0031808

Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American journal of preventive medicine*, *14*(4), 245-258. https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8

Fergus, S., & Zimmerman, M. A. (2005). Adolescent resilience: A framework for. *Annual Review Public Health*, *26*, 399-419. https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144357

Fontaine, N. M. G., Brendgen, M., Vitaro, F., & Tremblay, & R. E. (2016). *Compensatory and protective factors against violent delinquency in late adolescence: Results from the Montreal longitudinal and experimental study. Journal of Criminal Justice, 45, 54–62.* https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.02.01

Gartland, D., Riggs, E., Muyeen, S., Giallo, R., Afifi, T. O., MacMillan, H., Herrman, H., Bulford, E., & Brown, S. (2019). What factors are associated with resilient outcomes in children exposed to social adversity? A systematic review. *BMJ Open*, *9(4)*, Article e024870. https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-024870

Gomis-Pomares, A., & Villanueva, L. (2020). The effect of adverse childhood experiences on deviant and altruistic behavior during emerging adulthood. *Psicothema*, *32(1)*, 33–39. https://doi.org/10.7334/psicothema2019.142

Grych, J., Hamby, S., & Banyard, V. (2015). The resilience portfolio model: Understanding healthy adaptation in victims of violence. *Psychology of violence*, *5*(4), 343. http://dx.doi.org/10.1037/a0039671

Gunay-Oge, R., Pehlivan, F. Z., & Isikli, S. (2020). The effect of positive childhood experiences on adult personality psychopathology. *Personality and Individual Differences*, *158*, 109862. https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.109862.

Hardt, J., & Rutter, M., (2004). Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences: Review of the Evidence., 45(2), 260–273. https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00218.x

Huxley, E., & Bizumic, B. (2017). Parental invalidation and the development of narcissism. *The Journal of Psychology*, *151(2)*, 130–147. https://doi.org/10.1080/00223980.2016.1248807.

Infante, F. (2005). A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*, *23-38*.

Johnson, J. G., Bromley, E., & McGeoch, P. G. (2005). Role of childhood experiences in the development of maladaptive and adaptive personality traits. In J. M. Oldham, A. E. Skodol, & D. S. Bender (Eds.). The American Psychiatric Publishing textbook of personality disorders (pp. 209–221). Arlington, VA, US: American Psychiatric Publishing, Inc.

Kowalski, M. A., Hamilton, Z., Kigerl, A., Baglivio, M. T., & Wolff, K. T. (2023). Protecting Against Adversity: The Role of Positive Childhood Experiences in Youth Recidivism. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 15412040221133106. https://doi.org/10.1177/15412040221133106

Kühberger, A., Fritz, A., & Scherndl, T. (2014). Publication bias in psychology: A diagnosis based on the correlation between effect size and sample size. *PloS one*, *9*(9), e105825. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0105825

Lanier, P., Maguire-Jack, K., Lombardi, B., Frey, J., & Rose, R. A. (2017). Adverse childhood experiences and child health outcomes: Comparing cumulative risk and latent class approaches. *Maternal and Child Health Journal*, *22*, 288–297. https://doi.org/10.1007/s10995-017-2365-1

Lee, V., & Hoaken, P. N. S. (2007). Cognition, emotion, and neurobiological development: Mediating the relation between maltreatment and aggression. *Child Maltreatment, 12(3)*, 281–298. https://doi.org/10.1177/1077559507303778

Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1999-34542475. Acedido a 1 de setembro de 2023.

Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PLoS Medicine*, *6*, 1–6 https://doi.org/10.7326/0003-4819-151-4-200908180-00136

Liu, S. R., Kia-Keating, M., Nylund-Gibson, K., & Barnett, M. L. (2019). Co-Occurring Youth Profiles of Adverse Childhood Experiences and Protective Factors: Associations with Health, Resilience, and Racial Disparities. *American Journal of Community Psychology*. https://doi.org/10.1002/ajcp.12387

Logan-Greene, P., Bishop, A. S., Kim, B. K. E., & Nurius, P. S. (2023). Protective factors against aggression and antisocial attitudes among probation youth with childhood adversity histories. *Prevention science*, *24(1)*, 161-172. https://doi.org/10.1007/s11121-022-01472-3

Maggi, S., Irwin, L. J., Siddiqi, A., & Hertzman, C. (2010). The social determinants of early child development: An overview. *Journal of Paediatrics and Child Health*, *46(11)*, 627–635. https://doi.org/10.1111/j.1440-1754.2010.01817.x

Marques-Pinto, A., Oliveira, S., Santos, A., Camacho, C., Silva, D. P., & Pereira, M. S. (2019). Does our age affect the way we live? A study on savoring strategies across the life span. *Journal of Happiness Studies*, 1509–1528 (2020). https://doi.org/10.1007/s10902-019-00136-4

Masten, A. S., & Cicchetti, D. (2016). Resilience in Development: Progress and Transformation. *Developmental Psychopathology, 1–63*. https://doi.org/10.1002/9781119125556.devpsy406

Masten, A. S., Lucke, C. M., Nelson, K. M., & Stallworthy, I. C. (2021). Resilience in development and psychopathology: Multisystem perspectives. *Annual Review of Clinical Psychology*, *17*, 521-549. https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-081219-120307

McLaughlin, K. A., & Lambert, H. K. (2017). Child trauma exposure and psychopathology: Mechanisms of risk and resilience. *Current opinion in psychology*, *14*, 29-34. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.10.004

Mueller, K. C., & Carey, M. T. (2023). How Positive and Negative Childhood Experiences Interact With Resiliency Theory and the General Theory of Crime in Juvenile Probationers. *Youth Violence and Juvenile Justice*, *21*(2), 130-148. https://doi.org/10.1177/15412040221131278

Narayan, A. J., Ippen, C. G., Harris, W. W., & Lieberman, A. F. (2018a). Assessing angels in the nursery: A pilot study of childhood memories of benevolent caregiving as protective influences. *Infant Mental Health Journal*, *38*, 461–474. https://doi.org/10.1002/imhj.21653

Narayan, A. J., Kalstabakken, A. W., Labella, M. H., Nerenberg, L. S., Monn, A. R., & Masten, A. S. (2017). Intergenerational continuity of adverse childhood experiences: Unpacking exposure to maltreatment versus family dysfunction. *American Journal of Orthopsychiatry, 87(1)*, 3. http://dx.doi.org/10.1037/ort0000133

Narayan, A. J., Rivera, L. M., Bernstein, R. E., Harris, W. W., & Lieberman, A. F. (2018b). Positive childhood experiences predict less psychopathology and stress in pregnant women with childhood adversity: A pilot study of the benevolent childhood experiences (BCEs) scale. *Child abuse & neglect*, *78*, 19-30. http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.022

Nasaescu, E., Zych, I., Ortega-Ruiz, R., Farrington, D. P., & Llorent, V. J. (2020). Longitudinal patterns of antisocial behaviors in early adolescence: A latent class and latent transition analysis. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, *12*(2), 85-92. https://doi.org/10.5093/ejpalc2020a10

Novak, A., & Fagan, A. A. (2022). The conditioning effects of positive experiences on the ACEs-offending relationship in adolescence. *Child Abuse & Neglect*, *134*, 105915. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105915

Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan - a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic reviews*, *5*, 1-10. https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4

Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. *Psicologia: reflexão e crítica*, *18*, 55-61. https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000100008

Pratas, A., Eira, J., Ribeiro, E. J., & Cordeiro, L. (2017). A par e passo com a família: a importância da educação parental para os técnicos que intervêm junto de famílias multidesafiadas. https://doi.org/10.34628/56k9-hx03

Racine, N., Eirich, R., Dimitropoulos, G., Hartwick, C., & Madigan, S. (2020). Development of trauma symptoms following adversity in childhood: The moderating role of protective factors. *Child Abuse & Neglect*, *101*, 104375. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104375

Rollins, E. M., & Crandall, A. (2021). Self-regulation and shame as mediators between childhood experiences and young adult health. *Frontiers in Psychiatry*, *12*, Article 649911. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.649911

Runyan, D. K., Curtis, P. A., Hunter, W. M., Black, M. M., Kotch, J. B., Bangdiwala, S., ... Landsverk, J. (1998). Longscan: A consortium for longitudinal studies of maltreatment and the life course of children. *Aggression & Violent Behavior*, *3(3)*, 275–285. https://doi.org/10.1016/S1359-1789(96)00027-4

Schneider, B. H., Atkinson, L., & Tardif, C. (2001). Child–parent attachment and children's peer relations: A quantitative review. *Developmental psychology*, *37(1)*, 86. https://doi.org/10.1037/0012-1649.37.1.86

Sege, R. D., & Browne, C. H. (2017). Responding to ACEs with HOPE: Health outcomes from positive experiences. *Academic pediatrics*, *17(7)*, S79-S85. https://doi.org/10.1016/j.acap.2017.03.007

Sheridan, M. A., Peverill, M., Finn, A. S., & McLaughlin, K. A. (2017). Dimensions of childhood adversity have distinct associations with neural systems underlying executive functioning. *Development and psychopathology*, *29(5)*, 1777-1794. https://doi.org/10.1017/S0954579417001390.

Skodol, A. E., Bender, D. S., Pagano, M. E., Shea, M. T., Yen, S., Sanislow, C. A., ... & Gunderson, J. G. (2007). Positive childhood experiences: Resilience and recovery from

personality disorder in early adulthood. *Journal of Clinical Psychiatry*, *68(7)*, 1102. https://doi.org/10.4088/jcp.v68n0719

Starbird, A. D., & Story, P. A. (2020). Consequences of childhood memories: Narcissism, malevolent, and benevolent childhood experiences. *Child Abuse & Neglect*, *108*, 104656. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104656

Stern, J. M., & Simes, R. J. (1997). Publication bias: evidence of delayed publication in a cohort study of clinical research projects. *Bmj*, *315(7109)*, *640-645*. https://doi.org/10.1136/bmj.315.7109.640

Toth, S. L., & Cicchetti, D. (2013). A developmental psychopathology perspective on child maltreatment. *Child Maltreatment*, *18(3)*, 135–139. https://doi.org/10.1177/1077559513500380

Wang, Y., Ma, S., Jiang, L., Chen, Q., Guo, J., He, H., ... & Wang, X. (2022). Adverse childhood experiences and deviant behaviors among Chinese rural emerging adults: the role of social support. *BMC public health*, *22(1)*, *1-11*. https://doi.org/10.1186/s12889-022-14691-8

Yazgan, I., Hanson, J. L., Bates, J. E., Lansford, J. E., Pettit, G. S., & Dodge, K. A. (2021). Cumulative early childhood adversity and later antisocial behavior: The mediating role of passive avoidance. *Development a psychopathology*, *33*(1), 340-350. https://doi.org/10.1017/S0954579419001809

Yule, K., Houston, J., & Grych, J. (2019). Resilience in children exposed to violence: A meta-analysis of protective factors across ecological contexts. *Clinical child and family psychology review*, *22*, 406-431. https://doi.org/10.1007/s10567-019-00293-1

Zimmerman, M. A. (2013). Resiliency theory: A strengths-based approach to research and practice for adolescent health. *Health Education & Behavior*, *40(4)*, 381-383. https://doi.org/10.1177/1090198113493782

Anexos

Anexo A

Figura 1 - Formulário de Extração de Dados

Título	Objetivo / Hipóteses	Descrição da amostra	Tipo de Estudo	Contexto	Variáveis Dependentes
Novak & Fagan, 2022 - EUA	A acumulação de PCE's atenua a relação entre as ACE's e a delinquência e detenção na adolescência.	800 jovens com média de 16 anos	Quantitativo	Dados do National Data Archive on Child Abuse and Neglect, do Longitudinal Studies on Child Abuse and Neglect Research Consortium (LONGSCAN), em contexto judicial	Atos delinquentes cometidos; pelo menos uma detenção no último ano.
Craig, 2019 - EUA	H1: Pessoas que sofreram mais ACE's têm mais probabilidades de ter uma orientação para o futuro reduzida. H2: A orientação para o futuro medeia a relação positiva entre as ACEs e a reincidência.	Coorte de 3 anos (2009-2012) pertencente ao DJJF, de 25,461 jovens	Quantitativo	Dados do Departamento de Justiça Juvenil da Flórida em Contexto judicial	Reofensa.
Baglivio e Wolff, 2021 - EUA	As PCEs cumulativas estão associadas a uma redução da reincidência e moderam a relação ACE-reincidência.	Coorte de 3 anos (2009-2012) pertencente ao DJJF, de 28.048 jovens	Quantitativo	Dados do Departamento de Justiça Juvenil da Flórida em Contexto judicial	Reincidência ou redetenção e releitura da sentença.
Craig et al., 2016 - EUA	Analisar os efeitos das ACEs e dos laços sociais na reincidência, e o potencial efeito moderador dos laços sociais sobre a relação ACEs-reincidência.	Coorte de 3 anos (2009-2012) pertencente ao DJJF, de 28,169 jovens	Quantitativo	Dados do Departamento de Justiça Juvenil da Flórida em Contexto judicial	Reincidência.
Wang et al., 2022 - CHINA	1) a taxa de ACEs entre os jovens adultos chineses e a sua relação com os comportamentos desviantes; 2) efeitos moderadores das três fontes de apoio social na relação entre ACEs e comportamentos desviantes.	Amostra de 1031 jovens adultos com idades entre 18-25 anos, residentes numa zona rural da china.	Quantitativo	Contexto social através de um estudo longitudinal	Comportamento desviante.
Craig et al., 2022 - EUA	1) identificar a forma como as ACEs e as PCEs co-ocorrem em classes distintas; 2) examinar os potenciais correlatos da pertença a uma classe; 3) investigar até que ponto estas classes prevêem a reincidência	Coorte de 3 anos (2009-2012) pertencente ao DJJF, de 23,985 jovens	Quantitativo	Dados do Departamento de Justiça Juvenil da Flórida em Contexto judicial	Reincidência.
Kowalski et al., 2022 - EUA	H1: Pontuações limiares da ACE vão prever reincidência. H2: Pontuações limiares de PCE vão prever reincidência. H3: Jovens com "PCEs elevadas" mas com "ACEs baixas" terão probabilidades diferentes de reincidir em comparação com "ACEs elevadas" e "PCEs elevadas"; "ACEs elevadas" e "PCEs baixas"; ou "ACEs baixas" e "PCEs baixas". H4: O nível de exposição cumulativa dos jovens a ACE-PCE prediz reincidência	254,874 jovens com média de idades de 15,76 anos, avaliados entre 2003 e 2019 em 9 estados.	Quantitativo	Registos de avaliações e resultados de reincidência obtidos em contexto judicial.	Recondenação / Reincidência.
Logan-Greene et al., 2022 - EUA	Papel das ACEs no aumento da agressividade e atitudes anti-sociais e o grau em que os factores de proteção (autorregulação, orientação para o futuro, parentalidade positiva, ligações pró-sociais) atenuam a relação ACEs com agressividade e conduta antissocial	5378 jovens com média de idades de 15 anos em liberdade condicional entre 2003 e 2013	Quantitativo	Dados recolhidos através do Washington State Juvenile Court Assessment, em contexto judicial	Agressividade e comportamento antissocial.

Figura 1 - Formulário de Extração de Dados (*Continuação*)

Título	Variáveis Independentes	PCE's	Instrumentos (PCEs)	ACE's	Instrumentos (ACEs)
Novak & Fagan, 2022 - EUA	ACE'S	Pares prósociais, atividades prósociais, relações parentais positivas, ambiente contextual, crença na importância do sucesso e educação, adultos mentores não familiares.	Age 12 interview e disponíveis na LONGSCAN.	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, doença mental e reclusão no agregado, trauma familiar	Relato de 10 ACEs experienciadas até aos 12 anos
Craig, 2019 - EUA	ACE'S	Orientação Futura	PACT	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, separação parental, doença mental ou reclusão no agregado	ACEs - Medidas através da ACE Score, em resposta dicotómica.
Baglivio e Wolff, 2021 - EUA	ACEs e PCEs	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores e adultos, participação em atividades prósociais, amizades e fortes laços prósociais na comunidade, apoio da família alargada, família como figura de suporte envolvente, boas relações com cuidadores e família alargada.	PCE score derivada da PACT	Abuso físico, sexual, emocional, negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, separação parental, doença mental ou reclusão no agregado	ACEs - Medidas através da ACE Score em resposta dicotómica.
Craig et al., 2017 - EUA	Laços / Ligações com outros	Laços Sociais	Index de 4 items	Abuso físico, sexual, emocional, a negligência física e emocional, uso de substâncias e violência no agregado, separação parental, doença mental ou reclusão no agregado	ACEs - Medidas através da ACE Score em resposta dicotómica.
Wang et al., 2022 - CHINA	ACEs	Apoio social percebido - suporte familiar, suporte por parte de amigos, outro suporte	12 questões numa escala de likert através da MSPSS	Abuso, negligência e disfuncionalidade doméstica	ACE Questionnaire para ACEs. Para comportamentos desviantes: Self Design Scale baseada e a Multiple Problem Behavior Index (MPBI).
Craig et al., 2022 - EUA	ACE's, PCE's, história criminal	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores e adultos, participação em atividades prósociais, amizades e fortes laços prósociais na comunidade, apoio da família alargada, família como figura de suporte envolvente, boas relações com cuidadores e família alargada.	PACT	Abuso emocional, físico e sexual, negligência emocional e física, violência familiar, uso de substâncias ou doença mental no agregado, separação parental ou divórcio, reclusão no agregado.	ACE Score composta a partir dos itens da PACT
Kowalski et al., 2022 - EUA	ACEs e PCEs	Vê a escola como encorajadora, relações positivas com professores e adultos, participação em atividades prósociais, amizades e fortes laços prósociais na comunidade, apoio da família alargada, família como figura de suporte envolvente, boas relações com cuidadores e família alargada	PACT ou versão semelhante específica para o Estado em que estivesse a ser aplicado.	Abuso físico, sexual, emocional, a negligência física e emocional, uso de substâncias no agregado, violência no agregado, separação parental, doença mental e reclusão de um membro do agregado	ACE Score composta a partir dos itens da PACT em resposta dicotómica
Logan-Greene et al., 2022 - EUA	ACE's; Pares antissociais; Fatores de proteção.	Fatores protetores individuais / Autorregulação: controlo de impulsos; resolução de problemas; aspirações para o futuro, contexto familiar e social; parentalidade positiva; Conecções prósociais.	Itens que avaliam: aspirações, resolução de problemas, controlo de impulsos, parentalidade positiva e conecções prósociais.	Maus-tratos na infância; Disfunção familiar; Desvantagem social;	4 Escalas ACE para avaliar: Maus-tratos na infância. Disfunção familiar. Desvantagem social

Figura 1 - Formulário de Extração de Dados (*Continuação*)

Título	Resultados	Limitações
Novak & Fagan, 2022 - EUA	Jovens com 4 ou mais PCE's reportaram menos delinquência que jovens com 3 ou menos PCE's. Jovens com maior nº de PCEs reportaram menos atos delinquentes.	"Envolvimento prosocial" e "associação com pares sociais" tinham baixa fiabilidade. Os indicadores da medida das PCEs têm baixa consistência interna e o facto de a medida de detenções ser auto-declarada torna possível a omissão ou exacerbação de condenações.
Craig, 2019 - EUA	Pontuações mais elevadas de ACEs diminuíram a probabilidade de orientações futuras, em comparação com pontuações mais baixas. Embora a orientação para o futuro e as pontuações das ACE's estivessem relacionadas com a reincidência, a orientação para o futuro não pareceu reduzir a dimensão do efeito das ACE's na reincidência.	Dados foram recolhidos para avaliação de risco e só a PACT completa incluía as medidas necessárias. Jovens que indicaram estar positivamente ajustados poderiam estar a minimizar traços indesejáveis ou omitir experiências de abuso sexual ou negligência. A medida de reincidência baseou-se numa medida de reclusão e não na delinquência auto-relatada. A generalização da amostra está limitada pois só foram incluídos na amostra dados do FL DJJ.
Baglivio e Wolff, 2021 - EUA	Há associação de níveis altos de ACEs (4+) com reincidência. 6 ou mais PCEs associadas a menor reincidência, ao contrário de jovens com mais ACEs e menos de 6 PCEs a exposição cumulativa a PCEs protege de um maior envolvimento com o sistema, moderando os efeitos da exposição cumulativa a ACEs.	A medida cumulativa de PCE falha na consideração da frequência, gravidade e duração de cada exposição e indicação do período de desenvolvimento em que ocorreu. Os dados não permitiram examinar o momento de ocorrência das PCEs em relação ao momento da exposição a ACEs. Falta compreender como as exposição a ACEs e PCEs podem influenciar o comportamento antissocial.
Craig et al., 2017 - EUA	Laços sociais tiveram um efeito negativo mas significativo na reincidência. Laços sociais mais fracos associam-se a mais ACEs do que laços mais fortes. Maiores níveis de ACE aumentaram probabilidades de reclusão perante laços sociais mais fracos e mais fortes, independentemente da força dos laços, pois verificou-se proteção da reincidência perante 5 ou menos ACES.	Dados recolhidos para avaliação de risco e apenas a PACT completa incluía as medidas necessárias para o estudo. Jovens que indicaram estar positivamente ajustados poderiam estar a minimizar traços indesejáveis. A medida de reincidência baseou-se numa medida de reclusão e não na delinquência auto-relatada. A generalização da amostra limita-se aos jovens envolvidos no FL DJJ que preencheram a PACT e concluíram uma colocação na comunidade, em oposição a todos os jovens, independentemente da sua disposição.
Wang et al., 2022 - CHINA	O apoio de amigos/pares moderou a relação entre ACEs e comportamentos desviantes. "Outro apoio" moderou a relação entre maus-tratos/disfunção doméstica e comportamentos desviantes. Com níveis elevados de outro apoio, o comportamento desviante era menor em pessoas com abuso e disfuncionalidade doméstica. O apoio familiar moderou a relação entre disfuncionalidade doméstica e comportamentos desviantes.	Dados resultam da segunda vaga de um inquérito longitudinal de um estudo transversal, pelo que não foi possível confirmar uma relação causal entre ACEs e comportamentos desviantes. A medição retrospetiva das ACEs pode levar a um viés de memória e ao desvio dos resultados da medição. Os participantes neste estudo foram recrutados apenas numa área.
Craig et al., 2022 - EUA	Classes 1, 2 e 4 (proteção elevada/moderada) tinham menos probabilidades de reincidir do que a Classe 5 (baixo risco/baixa proteção). Nº de PCEs pode estar associado à delinquência, pois grupos com mais ACEs não eram mais propensos a reincidir. As classes de risco moderado/elevado e baixa proteção (2 e 6) não mostraram probabilidades diferentes de reincidência.	Generalização é limitada pois só inclui jovens de um Estado. Não é possível medir a frequência, momento, gravidade da exposição às ACEs e há falta de indicadores relacionados com a comunidade. As PCE, embora incluam factores de proteção, não medem a força das relações de proteção. As medidas de reincidência estão limitadas a 1 ano de acompanhamento e incluem só infracções conhecidas. A pertença a uma classe é atribuída com base em probabilidades e os nomes das classes podem não as refletir em todas as dimensões.
Kowalski et al., 2022 - EUA	Alta exposição a ACEs e PCEs aumentoue reduziu probabilidades de reincidência, respetivamente. Em comparação com PCEs altos mas ACEs baixos, ACEs e PCEs altos aumentaram probabilidades de reincidir, tal como para altos ACEs e baixos PCEs e para baixos ACEs e baixos PCEs. Pontuações elevadas de PCEs resultaram na diminuição das probabilidades de reincidência. PCEs têm efeito protector em jovens com elevadas PCEs.	1 - nº limitado de PCEs que podem ser derivadas do PACT e é provável que existam mais PCEs que ajudem a anular o efeito das ACEs. 2 - há ACEs que poderiam ser incluídas e não estão disponíveis no PACT. 3 - a medida de resultado (reincidência) não representa todos os tipos de reincidência. 4 - variáveis cumulativas de PCE não têm em conta a gravidade ou frequência da exposição, o período de desenvolvimento em que ocorreu ou as alterações ao longo do tempo. Os dados não permitiram analisar o nº de vezes que ocorreram ACEs ou PCEs, a gravidade considerada ou a idade que os jovens tinham aquando do evento.
Logan-Greene et al., 2022 - EUA	Recursos de resiliência estão associados à redução de agressividade e os fatores de proteção estão relacionados com a redução de atitudes antissociais. Ambições, capacidade de resolução de problemas, parentalidade positiva, pares prossociais e controlo de impulsos atuam como fatores protetores perante níveis altos de ACEs e moderaram os efeitos das ACEs na conduta antissocial.	Pela natureza transversal dos dados, as inferências causais são limitadas; Todas as medidas são auto-declaradas; Os reportes retrospectivos sobre as ACEs têm sido amplamente validados como representação exacta das experiências na infância; Várias das medidas disponíveis não foram validadas psicometricamente.